

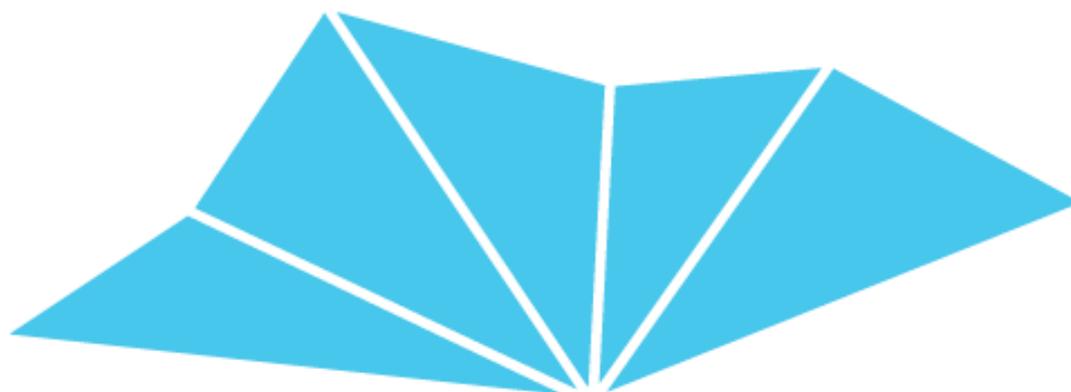
REVISTA DOS ESTUDANTES DE PÚBLICAS

Vol. 2 N. 1, de 2017



FENECAP

Federação Nacional dos Estudantes
do Campo de Públicas



FENEAP

Federação Nacional dos Estudantes
do Campo de Públicas

ISSN: 2446-5798

Revista dos Estudantes de Públicas

Vol. 2 N. 1, de 2017

© FENEAP, 2017

Alameda das Acácias, 70, São Luiz. 31275-150 – Belo Horizonte, MG.

CNPJ 09.091.428/0001-61

www.feneap.com.br

feneapbrasil@gmail.com

EDITORIAL

A Revista dos Estudantes de Públicas (REP) é uma iniciativa da Federação Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas (FENECAP), inspirada pela proposta do Departamento de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A Federação Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas (FENECAP), fundada em 2007, é o órgão máximo de representação em âmbito nacional dos estudantes de nível superior dos cursos que compõem o Campo de Públicas, a saber: Administração Pública, Gestão Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Social e Políticas Públicas.

A publicação da Revista dos Estudantes de Públicas visa estimular a pesquisa e a produção acadêmica dos graduandos dos cursos do campo de públicas, contribuindo para a expansão do conhecimento científico e o intercâmbio de ideias entre os estudantes da área.

Os artigos da presente edição da REP são provenientes do prêmio LICE, realizado durante o VX Encontro Nacional dos Estudantes do Campos de Públicas, em Natal-RN. E do prêmio Rachel de Queiroz, realizado durante do III Encontro Regional dos Estudantes do Campo de Públicas no Nordeste, em Arapiraca-AL.

R

E

P

REVISTA DOS ESTUDANTES DE PÚBLICAS

Vol. 2 N. 1, de 2017

MISSÃO DA REVISTA DOS ESTUDANTES DE PÚBLICAS

A Revista dos Estudantes de Públicas tem por missão promover os valores da pesquisa científica independente e de qualidade entre os estudantes do campo de públicas, contribuindo para a formação de novos pesquisadores e a difusão do conhecimento científico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Despertar o interesse pela pesquisa junto aos estudantes;
2. Disseminar os resultados da investigação científica;
3. Difundir boas práticas de editoração junto aos estudantes;
4. Promover a rede de pesquisa e trabalho no campo de públicas.

CONSELHO EDITORIAL

André Borges Carvalho, Universidade de Brasília

Diogo Henrique Helal, Fundação Joaquim Nabuco

Daniel Moraes Pinheiro, Universidade do Estado de Santa Catarina

Fábio Sá Silva, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fenando de Souza Coelho, Universidade de São Paulo

Luciana Leite Lima, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

EQUIPE EDITORIAL

Editor-chefe: James Batista Vieira, Universidade Federal da Paraíba

Editor-assistente: Diego Leonardo Davi Santos Silva, Universidade Federal de Alagoas

AVALIDORES

Felipe Golçanves Brasil, Universidade Estadual Paulista

José Rodolfo Tenório Lima, Universidade Federal de Alagoas

Leonardo Prates Leal, Universidade Federal de Alagoas

Sandra Gomes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Soraia Maria do Socorro Carlos Vidal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Wanda Medeiros, Associação Caruaruense de Ensino Superior

COORDENADORES CIENTÍFICOS

Prêmio Rachel de Queiroz: Diego Monteiro dos Santos, Universidade Federal de Alagoas

Prêmio LICE: Tyego Franklim da Silva, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DOS CURSOS DO CAMPO DE PÚBLICAS
(FENECAP)**

Presidência: Isabella Tibúrcio,
Fundação João Pinheiro

Vice-Presidência: Gabriel Munguba,
Universidade Federal do Cariri

Secretaria Geral: Cryslan de Moraes,
Universidade do Estado de Santa Catarina - ESAG

Tesouraria: Guilherme Gonçalves,
Universidade do Estado de Santa Catarina - BC

Diretoria de Conteúdo: Julia Vida,
Universidade de São Paulo

Coordenador de Empresa Júnior: Fernando Santana,
Universidade Estadual de Campinas

Diretoria de Relações Institucionais: João Barros,
Universidade Federal de Minas Gerais

Diretoria de Expansão: Diego Mutti,
Universidade Federal de Lavras

Diretoria de Movimentos Sociais e Diversidade: Hannah Yasmin,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Diretoria de Eventos: Sarah Cardoso,
Universidade Estadual Paulista

Diretoria de Apoio às Entidades de Base: Matheus Assis,
Universidade de Brasília

Coordenadoria Regional Nordeste: Diego Leonardo,
Universidade Federal de Alagoas

sumário

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E
COMERCIALIZAÇÃO INSTITUCIONAL: O
caso da UAC no município de Valente-Bahia**

Edivânia Ferreira
Paulo Simões

Pag. 7 - 25

ESTADO DE IDEIAS: Projeto de construção coletiva, desenvolvido pelos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGGs) de Minas Gerais para a melhoria das políticas públicas mineiras.

Lara Farah Valadares
Guilherme Bernard Lobato

Pag. 26 - 43

**UMA REFLEXÃO CRÍTICA ENTRE
PROSTITUIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
NO BRASIL:** Avanços, retrocessos e conjuntura sociopolítica

Lucas Bernardo Dias

Pag. 44 - 66

**SISTEMAS DE PAGAMENTO POR
SERVIÇOS AMBIENTAIS:** Uma possibilidade para os produtores de cactáceas de Picuí-PB

Aldenir Gomes de Assis
Márcia Batista da Fonseca

Pag. 67 - 88

ECONOMIA SOLIDÁRIA E COMERCIALIZAÇÃO INSTITUCIONAL:

O caso da UAC no município de Valente-Bahia

Edivânia Ferreira¹

Paulo Simões²

SUMÁRIO: • 1 Introdução; • 2 Economia Solidária; • 3 Metodologia; • 4 A comercialização dos EES por meio da união das associações comunitárias do município de Valente (UAC); • 5 Análise dos dados da comercialização dos EES; • 6 Considerações finais; • 7 Referências.

RESUMO: Valente é marcada pela existência de diversos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), alguns deles conseguiram realizar comercialização institucional mesmo sem estarem constituídos formalmente. Esta pesquisa busca identificar as principais contribuições do PNAE para a comercialização dos EES no município de Valente. Adotou-se uma abordagem qualitativa, através de um estudo de caso com levantamento de dados por meio de entrevistas, documentação direta e observação. Conclui-se que os EES que não possuem natureza jurídica conseguem comercializar seus produtos utilizando a União das Associações Comunitárias do Município de Valente (UAC) como intermediária. Pode-se perceber que para os participantes dos EES a UAC possibilita o crescimento econômico dos mesmos através do apoio concedido. Além do fortalecimento da Economia Solidária, o PNAE contribuiu para o aumento da produção dos EES, entretanto ainda permanece o desafio de assegurar que a prefeitura mantenha ou eleve o percentual de compra que está em torno de cinquenta por cento.

Palavras Chaves: Economia solidária; PNAE; Comercialização institucional; EES.

1 Universidade do Estado da Bahia (UNEB Campus XI)

2 Universidade Federal de Alagoas (UFAL Campus Arapiraca)

SOLIDARITY ECONOMY AND INSTITUTIONAL COMMERCIALIZATION:

the case of UAC in the municipality of Valente-Bahia

CONTENTS: • 1 Introduction; • 2 Solidarity Economy • 3. Methodology • 4. The commercialization of the ESS through the union of the community associations of the municipality of Valente (UCA) • 5. Analysis of SEE commercialization data • 6. Final considerations • 7 References.

ABSTRACT: Valente is marked by the existence of many Solidarity Economy Enterprises (SEE), some of them have achieved institutional commercialization even without being formally constituted. This research aims to identify the main contributions of PNAE for the commercialization of SEE in the municipality of Valente. It has been adopted a qualitative approach, through a case study with data collection through interviews, direct documentation and observation. It is concluded that the SEE do not have legal status can commercialize their products using the Community Associations Union of the Municipality of Valente (CAU) as intermediary. It can be seen that for the participants of the SEE the CAU enables economic growth of both through the support provided. Besides the strengthening of the Solidarity Economy, PNAE contributed to increase of the production of the SEE, however still remains the challenge of ensuring that the city hall keep or raise the purchase percentage which is around fifty percent.

KEYWORDS: Solidarity economy; PNAE; Institutional commercialization; SEE.

ECONOMÍA SOLIDARIA Y COMERCIALIZACIÓN INSTITUCIONAL:

el caso de la UAC en el municipio de Valente-Bahía

CONTENIDO: • 1 Introducción • 2 Economía Solidaria • 3. Metodología • 4. La comercialización dos EES por medio de la unión de las asociaciones comunitarias del municipio de Valente (UAC) • 5. Análisis de los datos de la comercialización de los EES • 6. Consideraciones finales • 7 Referencias.

RESUMEN: Valente está marcada por la existencia de diversos Emprendimientos de Economía Solidaria (EES), algunos de ellos lograron realizar la comercialización institucional, incluso sin estar formados formalmente. Esta investigación busca identificar las principales contribuciones del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) para la comercialización de los EES en el municipio de Valente. Se adoptó por un enfoque cualitativo, a través de un estudio de caso con levantamiento de datos por medio de entrevistas, documentación directa y observación. Se concluye que los EES que no poseen naturaleza jurídica logran comercializar sus productos utilizando la Unión de las Asociaciones Comunitarias del Municipio de Valente (UAC) como intermediaria. Se puede percibir que, para los participantes de los EES, la UAC posibilita el crecimiento económico de los mismos a través del apoyo concedido. Además del fortalecimiento de la Economía Solidaria, el PNAE contribuyó al aumento de la producción de los EES, sin embargo, sigue siendo el desafío de asegurar que el ayuntamiento mantenga o eleve el porcentaje de compra que está en torno al cincuenta por ciento.

PALABRAS CLAVE: *Economía solidaria; PNAE; Comercialización institucional; EES.*

1. Introdução

A região sisaleira, na qual o município de Valente está inserido é conhecida como a região do sisal, esta, fortemente marcada pelo clima semiárido, por isso a região busca alternativas para conviver com a seca. O município se destaca pelas experiências no associativismo, pelas iniciativas como a APAEB, pelo Movimento de Trabalhadores Rurais e seu Sindicato, pela Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal (FATRES) e pelos indicadores de fortalecimento da sociedade civil para conceber alternativas que apontam para um desenvolvimento mais justo (TEIXEIRA, 2001).

Esse contexto faz de Valente um local propício ao surgimento de organizações e Empreendimentos da Economia Solidária (EES) que desenvolvem atividades embasadas nos princípios da solidariedade. Destaca-se a comercialização institucional como uma forma de incentivar e manter esses grupos ativos através de políticas públicas.

Considera-se, deste modo, a temática relevante porque altera a dinâmica do consumo, transferindo recursos públicos para a agricultura familiar por conta de priorizar os fornecedores locais na comercialização institucional para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Há uma contribuição direta na geração de trabalho e renda para os EES e, conseqüentemente, o fortalecimento da agricultura familiar. Entende-se ainda que a inclusão dos EES na comercialização institucional local desempenha seu papel social ao integrar pessoas que não possuem emprego e/ou renda familiar suficiente nesses grupos.

A economia solidária, entendida como uma alternativa à crise do trabalho está embasada pela igualdade e solidariedade, pois os participantes das experiências dessa natureza não visam apenas ao interesse próprio, mas ao bem coletivo. O poder público municipal pode utilizar o PNAE também como uma forma para incentivar os EES ligados à Agricultura Familiar, ainda que para isso os EES, como no caso do município de Valente, se associem a uma outra organização para realizar a comercialização coletiva para o PNAE pois, na sua maioria, não possuem natureza jurídica. Nesse sentido, é necessário promover estudos que analisem as repercussões da comercialização institucional nos EES ligados à agricultura familiar no intuito de demonstrar a importância da política pública de alimentação escolar do ponto de vista da economia solidária.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é identificar quais as principais contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar para a comercialização dos Empreendimentos de Economia Solidária que não possuem natureza jurídica no município de Valente, e tem como problema de pesquisa: “Quais as principais contribuições do Programa

Nacional de Alimentação Escolar – (PNAE) para a comercialização dos Empreendimentos de Economia Solidária no município de Valente?’. O presente artigo está estruturado em cinco seções. Primeira seção aqui apresentada e denominada de introdução, busca apresentar uma visão geral dos aspectos delineadores da pesquisa; a segunda aborda todo o referencial teórico sobre economia solidária e comercialização institucional; a terceira apresenta a metodologia; na quarta é feito um estudo acerca da comercialização institucional e da UAC; a análise dos dados coletados na pesquisa de campo é abordada na seção cinco; e as considerações finais são realizadas na sexta seção.

2. Economia Solidária

A expressão Economia Solidária surgiu na Europa no início do século XIX com o cooperativismo auto gestor, alicerçada nos princípios de igualdade, solidariedade e democracia (SOUZA, CUNHA e DAKUZAKU 2003). Ao identificar o período no qual surgiu a Economia Solidária percebe-se que os problemas enfrentados após a Segunda Guerra Mundial propiciaram a criação desse novo modo de produção. Desse modo, para França Filho (2013) a Economia Solidária surge no continente Europeu devido à escassez do trabalho que gerou a crise do emprego e da integração, reflexo do modo assalariado após a Segunda Guerra Mundial.

A Economia Solidária chega ao Brasil no século XX através de imigrantes europeus, num período marcado pela entrada do mercado internacional no país e sérios problemas de desemprego acentuando a exclusão social (SINGER, 2002). Ao longo do tempo o novo modo de produção veio recebendo fomento de ONGs, Sindicatos, Universidades, Entidades Religiosas e dos governos Federal e estaduais, tornando-se um meio de amenizar a pobreza e de inclusão social.

No que tange à evolução da Economia Solidária no Brasil, França Filho (2012) acredita que no país ela está em estruturação, no entanto, existe uma diversidade de experiências tais como: cooperativas de crédito solidário; bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs); os sistemas de trocas locais, conhecidos como “clubes de trocas”; cooperativas, designando o “cooperativismo popular” (estas são em maior número); e associações que, desenvolvem simultaneamente a produção, a prestação de serviços, o sistema de trocas, a finança solidária, etc. (FRANÇA FILHO, 2012). Para o autor, embora a evolução da Economia Solidária no Brasil não possua ainda uma amplitude a ser comparada com países como a Argentina, por exemplo, já existem uma variedade dessas iniciativas que envolvem milhões de pessoas.

Mediante as altas taxas de desemprego, desencadeado do modo de produção capitalista, a Economia Solidária surge com uma nova perspectiva onde o lucro não é o objetivo, mas, a produção compartilhada regida por princípios solidários, tendo em vista a sobrevivência mútua. Assim para Laville e Gaiger (2009)

[...] a Economia Solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. (LAVILLE E GAIGER, 2009, p.162)

Entende-se que a Economia Solidária em estudo é uma nova forma de empreender que proporciona não só a sobrevivência dos excluídos do mercado, mas também a igualdade entre os participantes dos grupos, uma vez que, a autogestão e a divisão dos bens produzidos são feitos de forma igualitária e solidária. Corroborando com esse pensamento Singer relata que

[...] a Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade. (SINGER, 2002, p. 10)

Para Laville e Gaiger (2009), “[...] a solidariedade é promovida entre os membros dessas iniciativas, que estabelecem entre si um vínculo social de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação [...]” (LAVILLE e GAIGER, 2009, p.162). No que tange à solidariedade e ao novo modo de produção inseridos nessas iniciativas Gaiger (2009) relata que “[...] as práticas características de tais empreendimentos inscrevem-se em uma nova racionalidade produtiva, na qual o solidarismo converte-se em sustentáculo dos empreendimentos, ao gerar resultados materiais efetivos e ganhos extra-econômicos [...]” (GAIGER, 2009, p.181).

Acerca da temática, França Filho (2013) traz uma nova abordagem onde o mesmo descreve a Economia Solidária como um modo de gestão pública, devido às ações dos empreendimentos solidários terem finalidade pública. Nesse sentido ele afirma que:

O caráter público da ação organizacional diz respeito ao fato dos empreendimentos buscarem, em última instância, a solução de problemas reais que afetam a vida das pessoas na organização ou em torno dela. Esses problemas podem envolver questões ambientais ou a própria condição de vida social, relacionando-se a questões como moradia, educação, acesso a renda etc. (FRANÇA FILHO, 2013, p. 459-460)

2.1 Comercialização Institucional para o PNAE

A comercialização institucional é um instrumento que permite a inclusão de empreendimentos informais no mercado a partir de políticas públicas estatais que priorizam a compra de produtos desses empreendimentos para programas como o Programa de Aquisição

Alimentar PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE. Deste modo, este mercado é visto como uma oportunidade para os EES, bem como, os agricultores familiares venderem seus produtos.

Para Costa et al (2015 p.117) “[...] o PNAE se apresenta como oportunidade de comercialização. Entretanto, são diversos os desafios no dia-a-dia dos agricultores familiares e suas organizações na busca por acesso a este mercado”. A informalidade é um dos problemas enfrentados pelos agricultores familiares e pelos EES, assim surge organizações mediadoras que dão condições para que esses grupos comercializem seus produtos nesse mercado.

No caso em estudo, a comercialização se dá no âmbito da política pública de alimentação escolar. Dentre os programas de políticas públicas que desenvolvem atividades visando solucionar problemas sociais e que influenciam direta ou indiretamente na vida dos cidadãos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desenvolvido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), está presente em todos estados e no Distrito Federal. Segundo o FNDE (2012) o PNAE é considerado mundialmente um sucesso como um programa de alimentação escolar sustentável.

De acordo com o FNDE (2012) o programa originou-se no início da década de quarenta, porém não obteve sucesso devido à indisponibilidade de recursos financeiros. Na década de cinquenta é feito o primeiro programa de merenda escolar, o Plano Nacional de Alimentação em âmbito nacional ministrado pelo poder público. Desde então, surgiram diversos programas com nomenclaturas distintas voltadas para o atendimento e regulamentação da merenda escolar e no ano de 1979 a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar. O PNAE teve sua história marcada, inicialmente, pela escassez de recursos. No entanto, devido à sua finalidade extremamente relevante e à exigência da Constituição Federal em 1988, que assegurava o direito à alimentação escolar a todos os alunos, o programa consolidou-se com o passar do tempo.

No que diz respeito ao gerenciamento de recursos destinados ao programa desde a sua criação até 1993, se deu de forma centralizada, ou seja, todo o processo desde o planejamento do cardápio até a distribuição dos alimentos em todo território nacional era responsabilidade de um único órgão gerenciador. A descentralização dos recursos se deu em 1994, por meio da Lei nº 8.913 de 12/7/94, ao firmar convênios com os municípios e as Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal (FNDE, 2012).

O PNAE visa ao fornecimento da merenda escolar de forma saudável e que atenda às necessidades nutricionais dos alunos com qualidade. Além do caráter suplementar

previsto na Constituição Federal o programa desenvolve papel fomentador do desenvolvimento local bem como do mercado institucional, visto que, a Lei nº 11.947, de 16/6/2009 prevê que, no mínimo, 30% dos recursos destinados ao PNAE sejam investidos na compra de produtos da agricultura familiar do município. Nesse sentido o FNDE no manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar discorre que

A compra institucional da agricultura familiar é, assim, parte de um processo que reconhece a necessidade de se pensar em uma forma de produção de alimentos que atenda às demandas nutricionais da população e garanta a evolução social e econômica dos agricultores familiares, a partir de formas alternativas de produção e comercialização de alimentos. (FNDE, 2015, p. 5)

Essa evolução social e econômica que o FNDE trata é uma contribuição que pode ser dada pela Lei nº 11.947. Segundo Reinach et al (2012, p. 2), a lei fez com que o custo mais baixo deixasse de ser o parâmetro para a compra institucional uma vez que a prioridade passou a ser o desenvolvimento dos fornecedores. A lei tem como desafio principal

[...] promover a aproximação da oferta e da demanda, a fim de que haja a venda da produção dos empreendimentos da agricultura familiar para o fornecimento aos programas de alimentação escolar mantidos e operados por municípios e também para a rede estadual localizada nesses municípios. (REINACH et al 2012, p. 2)

Ainda no que diz respeito ao papel do PNAE como política pública que fomenta a alimentação escolar e incentiva o desenvolvimento local ao inserir empreendimentos da Agricultura Familiar no mercado institucional, Ciro e Freitas argumentam que

A política pública de alimentação escolar visa atender as condições de caráter nutricional e da qualidade dos alimentos destinados aos alunos da rede pública de ensino infantil e fundamental. Com isso, o programa se caracteriza pela função de fomentar a segurança alimentar, mas também o desenvolvimento local a partir da criação e expansão de um mercado institucional com capacidade para absorver volume considerável de produtos oriundos dos agricultores familiares. (CIRO e FREITAS, 2014, p.1)

2.2 Empreendimentos de Economia Solidária (EES)

Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são organizações econômicas oriundas de associações de trabalhadores, os quais têm como base, princípios cooperativistas. Os mesmos existem em diversos ramos de atividades, tais como; produção, prestação de serviço, comercialização e crédito, Gaiger (2009).

França Filho e Laville (2004) mencionam cinco critérios que definem os empreendimentos solidários, tais como: 1) pluralidade de princípios econômicos, que refere-se às fontes de recursos que podem ser oriundas de instituições governamentais, não governamentais e de práticas voluntárias, doações e trocas; 2) autonomia institucional, significa

que os empreendimentos devem possuir independência e autogestão, o que não impede parcerias com outras instituições; 3) democratização dos processos decisórios, pois a decisão deve ser coletiva com a participação de todos os membros do empreendimento; 4) sociedade comunitário-pública, este critério dá ênfase ao desenvolvimento de uma sociabilidade singular, valorizando as relações comunitárias tendo como embasamento o princípio da alteridade; e 5) finalidade multidimensional, supõe que além da dimensão econômica devem existir dimensões sociais, culturais, ecológicas e políticas, assim sendo, as ações do empreendimento devem ser de caráter político e social beneficiando também o entorno do grupo. (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004)

Desse modo os empreendimentos solidários assumem um papel de relevância social e política ao beneficiar de forma consistente não apenas o grupo, mas o entorno do mesmo. Gaiger (2009) também relata sobre a finalidade multidimensional dos empreendimentos solidários. Para o autor,

uma qualidade importante dos empreendimentos solidários reside em seu caráter multifuncional, bem como em sua vocação a atuar simultaneamente nas esferas econômica, social e política e a agir concretamente no campo econômico ao mesmo tempo em que interpelam as estruturas dominantes. (GAIGER, 2009, p.183)

No contexto dos EES pertencentes ao município de Valente, os mesmos comercializam seus produtos através de um coletivo com sede própria no município. Eles realizam trocas entre si em feiras realizadas anualmente, e vendem seus produtos à Prefeitura Municipal através da União de Associações Comunitárias (UAC) para programas de Políticas Públicas como: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

3. Metodologia

O trabalho teve como foco estudar a União das Associações Comunitárias do Município de Valente (UAC) no que diz respeito a intermediação entre os empreendimentos de economia solidária (EES) locais que não possuem natureza jurídica e a Prefeitura Municipal de Valente na comercialização institucional para o PNAE. O problema de pesquisa que orientou esta investigação foi “Quais as principais contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar – (PNAE) para a comercialização dos Empreendimentos de Economia Solidária no município de Valente?”.

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, aquela em que “[...] o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele

envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes” (GODOY, 1995, p.21). Para Marconi e Lakatos (2011) essa metodologia permite a descrição e a análise mais detalhada a respeito do fenômeno investigado, desse modo, a abordagem qualitativa foi identificada como a mais pertinente para alcançar os objetivos do trabalho.

Esta pesquisa se classifica como do tipo descritiva, pois “[...] procura analisar fatos e/ou fenômenos, fazendo uma descrição detalhada da forma como se apresentam esses fatos e fenômenos, ou, mais precisamente, é uma análise em profundidade da realidade pesquisada” (OLIVEIRA, 2014, p. 68). O método adotado foi o estudo de caso que é comum no campo da Administração e indicado para “quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real” (GODOY, 1995, p. 26). Godoy (1995) indica o estudo de caso com um dos métodos de realização de pesquisa qualitativa em Administração. O estudo de caso é considerado, também um “levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano” (MARCONI e LAKATOS, 2011, p. 274).

O levantamento de dados foi realizado por meio de três técnicas. Primeiramente, foi feita uma consulta à documentação direta, que “constitui-se, em geral, no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem” (MARCONI e LAKATOS, 2005, p. 186). Depois de conhecer os documentos, foram feitas visitas para observação, que “é uma técnica de coleta dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade” e que “não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar” (MARCONI e LAKATOS, 2005, p. 190).

A partir da leitura dos documentos e da observação foi montado um roteiro para realização de entrevistas. Segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 279), a entrevista tem o objetivo de “[...] compreender as perspectivas e experiências dos entrevistados [...]”. A análise dos dados foi feita de modo a identificar elementos a partir dos documentos, dos depoimentos e da observação que possibilitassem captar a percepção dos EES sobre as contribuições do PNAE para a comercialização de seus produtos.

4. A Comercialização dos EES por meio da União das Associações Comunitárias do município de Valente (UAC)

Localizado no nordeste do estado da Bahia, no chamado território do sisal, o município de Valente tem 27.162 habitantes (IBGE, 2013). Possui como principais fontes de economia a cultura do sisal, o comércio local, a prefeitura, uma indústria calçadista e a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB). A convivência com o clima semiárido, fortemente marcado por períodos de estiagem, dificulta a sobrevivência no município, pois a seca influencia negativamente nos resultados da agricultura familiar e as fontes de renda existentes não suprem as necessidades de toda a sociedade.

O município de Valente, conhecido como a capital mundial do sisal, devido ao destaque do cultivo do agave sisalana, é referência por sua dinâmica associativa, sendo reconhecido mundialmente. Isso se dá especialmente após o surgimento da APAEB na cidade, que por sua vez tornou-se um exemplo de sucesso como organização que tem suas finalidades e objetivos embasados pelos princípios cooperativistas.

A Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), desenvolve um papel bastante relevante, contribuindo direta e indiretamente para o desenvolvimento econômico e sociocultural do município, uma vez que, a associação além de buscar soluções para que a sociedade tenha condições de conviver em meio as dificuldades encontradas no clima semiárido, a mesma vem ao longo da sua existência desenvolvendo programas educacionais e socioculturais. Para Santos (2014) a APAEB surge com o objetivo de

[...] proporcionar melhorias nas condições econômicas, sociais e políticas, ofertando novas alternativas de produção e comercialização dos produtos agrícolas, além de possibilitar uma melhor convivência do agricultor com o agônico clima semiárido e, conseqüentemente, a permanência do sertanejo em sua região com condições de sobrevivência mais brandas. (SANTOS, 2014 p.206-207)

Diante dessa realidade surgem cooperativas de consumo e crédito Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Nordeste e Centro Sul da Bahia (SICOOB COOPERE) e uma quantidade considerável de empreendimentos econômicos solidários, nos quais pequenos grupos de mulheres de comunidades distintas pertencentes ao município se reúnem para produzir bens de consumo e manufaturados que são produzidos e comercializados segundo as condicionantes da economia solidária.

4.1 A União Das Associações Comunitárias Do Município De Valente (UAC)

A UAC é uma associação de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, constituída em 1998, projetada por funcionários do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Valente e pessoas afins às lutas por causas sociais. A Associação é uma

entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Duque de Caxias, número 28, Centro, Cidade de Valente, Estado da Bahia.

A União das Associações Comunitárias do Município de Valente, tem como objetivos: articular e organizar as associações Comunitárias, na perspectiva de geração de trabalho e renda, favorecendo a permanência das famílias no campo e a transformação de sua realidade consequentemente evitando o êxodo rural e migração plena; celebrar convênios com organizações e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras para garantir o seu bom funcionamento; promover atividades com finalidades de relevância pública e social; assessorar e subsidiar as associações com instituições e informações técnicas que levam ao desenvolvimento das comunidades de suas famílias.

Pensando nas comunidades do município e no desenvolvimento local a UAC pretende: promover e valorizar as iniciativas culturais originárias das comunidades e do município; adquirir, construir ou alugar imóveis para suas instalações administrativas e tecnológicas, de produção e de armazenamento; desenvolver atividades econômicas, que fundamente o desenvolvimento local através de implantações de projetos e programas de pequenos industriais e empreendimentos coletivos e individuais que garanta aumento de renda das famílias nas comunidades rurais e periferias urbanas e cidades circunvizinhas.

Faz parte dos objetivos e finalidades da UAC ainda: comercializar produtos agrícolas produzidos pela agricultura familiar como sejam verduras, hortaliças e etc.; comercializar frutas, polpas de frutas dos sócios das associações filiadas à entidade; comercializar de forma varejista bolos sequilhos, oriundos da produção dos agricultores familiares; filiar-se a outras entidades congêneres; desenvolver a cidadania, através da criação, implantação e funcionamento de meios de divulgação, cursos, palestras, visando levar aos associados e moradores informações; e comercializar os produtos da agricultura produzidos pelos seus sócios.

A associação ficou inativa durante dez anos após ser fundada, devido aos conflitos, principalmente políticos, entre os fundadores. Em 2008 a UAC foi reativada, porém havia dificuldades em celebrar convênio com entidades públicas, entre tais, a Prefeitura Municipal de Valente, por conta das divergências políticas entre o governo do período e a gestão da associação.

Em 2013, com a posse de uma nova gestão, foi celebrado convênio com o governo municipal. Desde então, a associação passou a desenvolver atividades que antes não eram possíveis, um exemplo é a comercialização institucional, onde a organização, tem conseguido através do processo licitatório vender produtos fornecidos pelo EES para programas

de políticas públicas como o PNAE.

O quadro societário da UAC é composto por trinta e sete associações da zona rural e urbana do município de Valente. A partir dessas associações foram criados quinze grupos de produção onde esses empreendimentos produzem diversos alimentos que são vendidos para a UAC, que repassa para a Prefeitura Municipal de Valente (PMV), para programas de políticas públicas como o PNAE e o PAA.

5. Análise dos dados da Comercialização dos EES

De acordo com os dados coletados na Prefeitura Municipal de Valente por intermédio da diretora de merenda escolar, o município começou a receber recursos destinados ao PNAE em 2001. Em cumprimento a lei Lei nº 11.947, de 16/6/2009 que exige, no mínimo, a compra de 30% de produtos provenientes da agricultura familiar, bem como dos EES, para o PNAE no município, se dá através da chamada pública, a partir da qual ocorre o processo licitatório.

Atualmente os empreendimentos que fornecem esses produtos para atender aos programas de políticas públicas, tal como o PNAE, são: a UAC e a APAEB Laticínios. Os produtos que a UAC fornece para a prefeitura são provenientes dos EES e da agricultura familiar local. A indisponibilidade de dados da gestão anterior resultou na análise a partir do ano de 2013. Nos últimos anos foi comprado acima do percentual que é imposto por lei dos recursos destinados ao PNAE da Agricultura Familiar, a comercialização, cujos montantes estão apresentados na tabela 1, ocorre através da Secretaria Municipal de Educação.

Tabela 1 - Recursos para o PNAE no município de Valente (2013-2015)

Ano	Recursos totais	Agricultura Familiar	(%)
2013	R\$ 357.820,00	R\$ 115.472,64	32,27
2014	R\$ 392.480,00	R\$ 220.041,97	56,06
2015	R\$ 373.160,00	R\$ 184.885,90	49,54

Fonte: elaboração própria (2016)

Embora a PMV receba recursos para o PNAE desde 2001, só foi possível acesso aos dados dos últimos três anos pois, segundo a atual gestão, não existem registros anteriores, bem como documentos comprobatórios. Nos anos destacados na tabela 1, as compras da agricultura familiar pela Secretaria de Educação ultrapassaram, em todos os anos, o percentual mínimo exigido por lei. Há um destaque para o ano de 2014, cuja comercialização

alcançou o equivalente a 56,06% dos recursos totais destinados ao PNAE.

Obteve-se informações, no que diz respeito ao papel e funcionamento da UAC, por meio de entrevista com Gilmário dos Santos Reis, ex-coordenador no processo de criação da organização que, atualmente, faz parte do Conselho Administrativo. Segundo o entrevistado, a UAC surgiu a partir de organizações como Sindicato dos Trabalhadores Rurais, APAEB e do Movimento de Organização Comunitária (MOC), com o objetivo de atender às necessidades das associações do município, as quais eram carentes de orientações e apoio.

Desse modo a UAC tornou-se uma organização que busca melhorias para as associações locais por meio de projetos. A partir da união das associações foi possível obter mais apoio, fortalecendo os EES que já existiam e ainda motivar a criação de novos grupos. Em 2015 já havia dezessete empreendimentos fornecendo para o PNAE através da UAC, todos da zona rural, pertencentes às seguintes comunidades: Papagaio, Cabrochard, Poço, Sossego, Tanquinho, Santa Rita de Cássia, Alagadiço, Barriguda, Raposa Velha, Cipó de Leite, Queimada do Curral e Valilândia. De todos estes grupos, em 2016, apenas dez estavam produzindo, dentre os quais, três possuíam Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) enquanto os outros sete não possuíam formalização jurídica.

Ao ser questionado em relação à importância do papel da UAC na inclusão dos EES na comercialização institucional o entrevistado respondeu que

[...] o papel da UAC é muito importante nesse processo porque antes a gente não tinha uma entidade para organizar e hoje nós temos. Além dos produtos da agricultura familiar a UAC trabalha com outros projetos, e temos também a capacitação para os grupos junto com a vigilância sanitária e a nutricionista. (Informação Verbal³).

Para o entrevistado, através dos cursos de capacitação, a UAC além de ensinar a produzir com sabor e qualidade, que é uma exigência de nutricionistas que fiscalizam os alimentos destinados a merenda escolar, também busca a criação de novas receitas, processo que, em sua visão proporciona crescimento econômico para os EES. Em depoimento o entrevistado ressalta ainda que nem sempre os grupos conseguem atender à demanda para o PNAE, uma vez que o valor destinado aos grupos através da licitação é alto e exige uma variedade e quantidade de produtos que os EES não possuíam capacidade de suprir.

Quanto ao montante das receitas provenientes dos produtos comercializados anualmente entre a UAC e a PMV e o destino dos mesmos, constatou-se que os valores variaram nesses três anos: R\$ 250.000,00 no ano de 2013; R\$ 300.000,00 no ano 2014; e R\$ 280.000,00 no ano 2015, somando-se as vendas para o PNAE e também para o PAA. Esses valores revelam

³ Entrevista concedida por Gilmário dos Santos Reis em 2016

que houve uma movimentação de, no mínimo, R\$ 20.000,00 mensais nos EES do município. Quanto ao destino, cerca de 10% do valor dos produtos comercializados pelos EES ficou retido na UAC para custear as despesas da organização, tais como: visitas diárias aos EES, embalagens dos produtos, transporte dos produtos, pagamento aos coordenadores da UAC, etc.

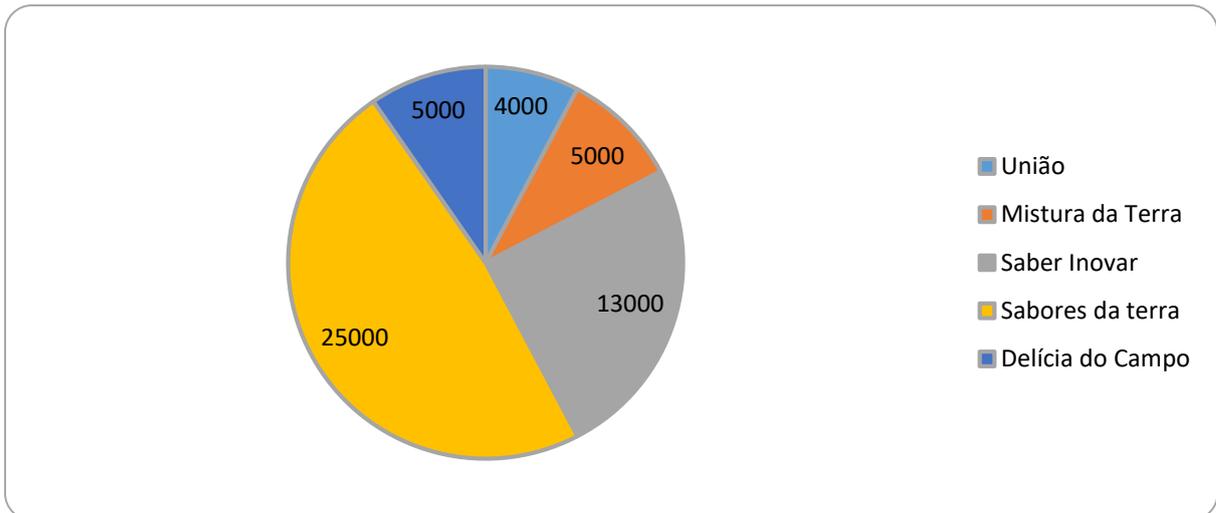
Além de entrevista com o representante da UAC, foram entrevistados cinco dos sete grupos ativos que não possuem personalidade jurídica, sendo os questionamentos direcionados aos líderes de cada grupo, são eles: Sabores da Terra, representado pela empreendedora Eliete Oliveira dos Santos; Saber Inovar, representado pela empreendedora Jéssica de Lima Souza; Delícia do Campo, representado pela empreendedora Irani Lima de Oliveira; Mistura da Terra, representado pela empreendedora e presidente da associação local Marizete Lopes dos Santos Pereira; e o grupo União representado pela empreendedora Maria Elza Cunha Santiago.

Percebeu-se nas entrevistas que as respostas aos questionamentos, em seu teor, foram bastante similares. Dos cinco grupos entrevistados, quatro existem há mais de seis anos e começaram a vender para o PNAE a partir de 2013 porque a UAC viabilizou um processo que antes os EES isolados não davam conta de realizar, dadas as exigências da legislação que regulamente o PNAE.

Os EES fornecem diversos produtos para o PNAE, tais quais: beiju, sequilhos, polpa de frutas, licuri⁴, queijadinha, biscoito de goma, biscoito de licuri, pão de queijo, tempero completo, bolos e hortaliças em geral. Quanto ao valor total da comercialização por cada um dos EES estudados, observou-se um montante de R\$ 52.000,00 em 2015, conforme o gráfico 1.

Gráfico 1 - Comercialização por cada EES no ano de 2015 (em R\$)

⁴ *Syagrus coronata*, conhecido como alicuri, aricuí, adicuri, cabeçudo, coqueiro-aracuri, coqueiro-dicuri, iricuri, oricuri, ouricurizeiro, uricuri e uricuriba. Informação do site [Cerratinga](#), que é uma iniciativa do [Instituto Sociedade, População e Natureza \(ISPN\)](#).



Fonte: elaboração própria (2016)

Ao serem questionadas sobre a possibilidade de haver dificuldades nas transações com a UAC, foram unânimes as respostas de forma positiva. Foi mencionado como única dificuldade o transporte dos produtos até a sede da organização, uma vez que os empreendimentos não possuem veículos próprios. A despeito das dificuldades, foi ressaltada a importância da existência da entidade para os EES, conforme pode-se observar pelo depoimento de uma entrevistada:

[...] a instituição para a gente hoje faz muita diferença, o apoio que a gente tem fornecido pela UAC ajuda no desenvolvimento dos grupos e dos agricultores em geral, e principalmente na qualidade dos alimentos que são fornecidos para os alunos. A contribuição é ter uma perspectiva e faz com a gente cresça individualmente e coletivamente. (Informação Verbal⁵).

A entrevistada que representa o EES Sabores da Terra confere uma importância ao trabalho com a UAC e chega a afirmar que na “[...] comunidade não tinha geração de renda nenhuma [...]”. Ela ressaltava ainda que, além da relevância econômica da comercialização e do grupo em si, existe o papel social, quando afirma “nosso grupo acolheu duas pessoas que tinham depressão e que hoje são empreendedoras do grupo, e que hoje não tem mais esse problema, a gente fica muito feliz” (Informação Verbal⁶).

Pelas entrevistas se torna explícita a satisfação dos grupos em relação à comercialização para o PNAE através da UAC, de acordo com os entrevistados, além do aparato oferecido pela organização, há redução de responsabilidades e de custos. Os EES podem ainda, por meio da UAC, emitir notas fiscais, obter capacitação de todos os componentes dos empreendimentos e alcançar a quantidade necessária de produtos para possibilitar a entrega à

⁵ Entrevista concedida por Jéssica de Lima Souza em 2016.

⁶ Entrevista concedida por Eliete Oliveira dos Santos em 2016.

Secretaria Municipal de Educação. Assim sendo, para os EES, o valor que fica na UAC torna-se justo pela quantidade de vantagens obtidas para o conjunto dos EES.

Pode-se perceber através dos depoimentos que, embora haja um custo para os EES (10% do valor dos produtos comercializados), a comercialização para o PNAE intermediada pela UAC, significa muito para os trabalhadores. O resultado da comercialização tem sido importante, pois torna-se uma renda extra para algumas mulheres e para suas famílias. Para outras significam a renda familiar, visto que, o trabalho nos empreendimentos se tornou a única ocupação, chegando a substituir o trabalho doméstico de muitas mulheres.

6 Considerações Finais

Constatou-se que a compra de produtos dos EES da agricultura familiar, apesar de estar garantida pela Lei nº. 11.947/2009, pode ter seu efeito mais positivo quando a gestão pública municipal decide priorizar este segmento, aumentando a possibilidade de comercialização dos produtos, como no caso de Valente que chegou a ultrapassar o percentual legal em mais de 20%.

Mesmo tendo necessidade de compra dos produtos da agricultura familiar pela prefeitura, foi preciso que os EES de Valente montassem uma estratégia para conseguir alcançar a quantidade produzida e atender aos requisitos de contratação. Nesse sentido, a pesquisa mostra que a intermediação da UAC foi determinante para que o município obtivesse o destaque em relação ao percentual adquirido dos produtores da economia solidária. Pelo lado dos EES, a compra do município pelo PNAE deu segurança aos EES e estimulou os mesmos a continuidade e aumento da produção.

Conclui-se que uma contribuição fundamental do PNAE em Valente foi possibilitar o associativismo e a cooperação, que levou à reativação da UAC, que se tornou uma rede de EES que atuam em conjunto para operacionalizar a comercialização institucional que tem possibilitado a geração de trabalho e renda. Percebe-se que existe também o desafio ainda dos EES influenciarem o poder público local de forma mais intensa, com vistas a garantir que o gestor público municipal, independente da filiação partidária, assegure a compra da agricultura familiar de forma que se qualifique cada vez mais a atuação do programa e a organização social do município.

Quanto à relevância social da comercialização para o PNAE, ela é constatada nos depoimentos e, até mesmo, por meio da observação da reação dos entrevistados diante dos questionamentos. Ao aumentar a produção dos grupos, surge a necessidade de integrar novos

trabalhadores, incluindo pessoas com tempo ocioso, que passavam por algum sofrimento psicológico e que, por conta da inclusão no EES tiveram o processo de recuperação facilitado.

A satisfação, tanto dos membros dos grupos quanto da UAC em relação à comercialização para o PNAE fica clara, tendo em vista que a quantidade de produtos vendidos cresce por conta da demanda da prefeitura. Esse fato revela apoio por parte da gestão pública municipal ao priorizar os grupos, entretanto o que preocupa é a deficiência dos empreendimentos no que diz respeito à capacidade produtiva para responder à crescente demanda, o que requer mais incentivos de organizações como a UAC, de organizações de assessoria e do poder público.

No que se refere aos valores monetários da renda dos membros dos EES, apesar de não haver um quantitativo que mostre o aumento da renda dos agricultores, mas somente as vendas dos grupos e os valores das compras anuais do município, foi constatado pelos entrevistados que o PNAE tem possibilitado uma renda crescente desde 2013.

7. Referências

- BEATRIZ, Marilene Zazula. *Economia Solidária: Os caminhos da autonomia coletiva*. Curitiba: Juruá, 2012. 180 p.
- BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 16 jun. 2009.
- CIRO, Paulo Marcos dos. FREITAS, Alan Ferreira de. *O programa nacional de alimentação escolar como indutor de processos de desenvolvimento local em Viçosa (MG)*, Minas Gerais, 21 set. 2014. Disponível em: <<https://www2.cead.ufv.br/espacoProdutor/scripts/artigo.php>> Acesso em: 15 ago. 2016.
- COSTA, Bianca Aparecida Lima; JÚNIOR, Paulo Cesar Gomes Amorim; SILVA, Marcio Gomes da. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. *RESR*, Piracicaba-SP, Vol. 53, Nº 01, p. 109-126, Jan/Mar 2015.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FNDE. *Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar*. Brasília, 2016, 2ª ed. 60 p. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais>> Acesso em: 10/04/2016.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/>> Acesso em 22/04/2016.
- GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimento Econômico Solidário. In: *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009.
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: *Revista de Administração de Empresas - RAE*, v.35, n.2, mar./abr., 1995, p.57-63.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 22/04/2016.
- LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009.
- LUBISCO, Nídia Maria Lienert., VIEIRA, Sônia Chagas. *Manual de Estilo Acadêmico*. 5ª ed. Salvador: EDUFBA, 2013. 145 p.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 312 p.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer Pesquisa Qualitativa*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- REINACH, Sofia; CORÁ, Maria Amelia Jundurian; BONDUKI, Manuel Ruas Pereira Coelho. A Inclusão da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar. In: ENANPAD, 26., 2012, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_APB2404.pdf. > Acesso em: 03 out. 2016.
- REIS, Gilmário dos Santos. Gilmário dos Santos Reis: depoimento [11/09/2016]. Entrevistador: Edivânia de Oliveira Ferreira. Bahia, 2016. *Áudio Digital*. Entrevista concedida durante a realização da Pesquisa.
- SANTOS, Ana Virgínia pereira dos. Os movimentos sociais de base no processo de desenvolvimento regional/local: estudo comparativo entre a APAEB (BA) e a COOPFRUT (PA). *Cadernos Gestão Social*, Salvador, jul./dez. 2014. Disponível em <<http://www.cadernosgestaosocial.org.br>> Acesso em: 02 jul. 2016.
- SANTOS, Eliete Oliveira dos. Eliete Oliveira dos Santos: depoimento [07/09/2016]. Entrevistador: Edivânia de Oliveira Ferreira. Bahia, 2016. *Áudio Digital*. Entrevista concedida durante a realização da Pesquisa.
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOUZA, Jéssica de Lima. Jéssica de Lima Souza: depoimento [07/09/2016]. Entrevistador: Edivânia de Oliveira Ferreira. Bahia, 2016. *Áudio Digital*. Entrevista concedida durante a realização da Pesquisa.
- TEIXEIRA, Elinaldo. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001. 224 p.
- UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DO MUNICÍPIO DE VALENTE. *Estatuto Social*.

ESTADO DE IDEIAS:

Projeto de construção coletiva, desenvolvido pelos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGGs) de Minas Gerais para a melhoria das políticas públicas mineiras.

Lara Farah Valadares⁷

Lucas Bernard Lobato⁸

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. A Carreira de Administrador Público Instituída em Minas Gerais; 3. Metodologia da Técnica Grupo Nominal; 4. Ideias Priorizadas por setor de Governo; 5. Ideias Individuais; 6. Considerações Finais; 7. Referências.

RESUMO: O presente trabalho pretende trazer a lume um projeto de construção coletiva, denominado Estado de ideias. Esse projeto, elaborado e desenvolvido pelos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) de Minas Gerais sistematizou as principais ideias sobre políticas públicas e práticas de gestão governamental potencialmente implementáveis em Minas Gerais. Para isso foi utilizada uma metodologia, denominada Técnica de Grupo Nominal, que permitiu conciliar diferentes visões e níveis de experiência de centenas de servidores da carreira de EPPGG. Foi possível formular espaços de consensos e priorização sobre ideias e propostas referentes a determinadas políticas pública, bem como considerar seu nível de importância relativa no contexto do grupo. Com satisfatória capacidade de mobilização, o projeto registrou a adesão de 197 EPPGGs e representou uma oportunidade profícua de mobilizar gestores públicos e encampar novas reflexões que o momento permitia.

PALAVRAS CHAVES: EPPGG, Políticas Públicas, Gestão Governamental e Participação.

⁷ Fundação João Pinheiro

⁸ Fundação João Pinheiro

STATE OF IDEAS

Collective construction project, developed by the Specialists in Public Policies and Governmental Management (EPPGGs) of Minas Gerais to improve the public policies of Minas Gerais.

SUMMARY: 1.Introduction; 2. The Public Administrator Career of Minas Gerais; 3.Methodology of the Nominal Group Technique; 4. Prioritized Ideas by Government Sector; 5. Individual Ideas; 6. Final Considerations.

ABSTRACT: The present work intends to bring light a project of collective construction, denominated State of ideas. This project, developed by the Specialists in Public Policies and Governmental Management (EPPGM) of Minas Gerais, systematized the main ideas about public policies and practices of governmental management potentially implementable in Minas Gerais. For this, a methodology was used, called Nominal Group Technique, that allowed to reconcile different views and levels of experience of the EPPGM. It was possible to formulate spaces of consensus and prioritization on ideas and proposals regarding certain public policies, as well as to consider their level of relative importance in the context of the group.

With satisfactory capacity for mobilization, the project registered the adhesion of 197 EPPGMs and represented a profitable opportunity to mobilize public managers and bring new reflections that the moment allowed.

KEY WORDS: EPPGM, Public Policies, Governmental Management and Participation.

ESTADO DE IDEAS

Proyecto de construcción colectiva, desarrollado por Especialistas en Políticas Públicas y Gestión Gubernamental (EPPGGs) de Minas Gerais para la mejoría de las políticas públicas.

SUMARIO: 1.introducción; 2. La Carrera de Administrador Público en Minas Gerais; 3. Metodología de la Técnica Grupo Nominal; 4. Ideas Priorizadas por sector de Gobierno; 5.ideias Individuales; 6.Consideraciones Finales.

RESUMEN: El presente trabajo pretende traer a llama un proyecto de construcción colectiva, denominado Estado de ideas. Ese proyecto, elaborado y desarrollado por los Especialistas en Políticas Públicas y Gestión Gubernamental (EPPGG) de Minas Gerais sistematizó las principales ideas sobre políticas públicas y prácticas de gestión gubernamental potencialmente implementabais en Minas Gerais. Para eso fue utilizada una metodología, denominada Técnica grupal Nominal, que permitió conciliar diferentes visiones y niveles de experiencia de centenares de servidores de la carrera de EPPGG. Fue posible formular espacios de consensos y priorizaçãõ sobre ideas y propuestas referentes a determinadas políticas pública, así como considerar su nivel de peso relativa en el contexto del grupo. Con satisfactoria capacidad de movilización, el proyecto registró la adhesión de 197 EPPGGs y representó una oportunidad profícua de movilizar gestores públicos y encampar nuevas reflexiones que el momento permitía.

PALABRAS CLAVES: EPPGG, Políticas Públicas, Gestión Gubernamental y Participación.

1. Introdução

O Estado de Ideias foi um projeto capitaneado pelo Sindicato dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental de Minas Gerais (SINDESP-MG) com o propósito de convidar os servidores da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGGs) do Estado de Minas Gerais a discutir as políticas públicas dos respectivos setores de Governo em que atuam ou atuaram, sugerindo melhorias, alterações ou aprimoramentos.

Entre os meses de outubro e novembro de 2014 os EPPGGs em Minas Gerais se debruçaram sobre a realidade atual das políticas públicas e se reuniram em grupos de trabalho para construir um conjunto de proposições específicas para cada área de atuação do Governo, sistematizadas, de forma genérica, nesse artigo.

Nesse artigo, buscou-se registrar a metodologia que foi utilizada para a construção coletiva e participativa dos EPPGGs, bem como apresentar dados dos resultados deste projeto que listou ideias e sugestões de oportunidades de melhorias nas mais diversas políticas públicas, conduzidas pelo Estado de Minas. As ideias registradas no produto final do projeto, consolidadas no documento chamando “Estado de Ideias” foram apresentadas aos Governantes, Secretários de Estado do novo governo eleito em Minas Gerais, em 2015. Sem o interesse de substituir a nova agenda em construção, as ideias tinham o objetivo de somar o novo ciclo de avanços que se iniciava e foram apresentadas como um estímulo adicional ao desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais, pois propunham novas ideias e propostas para o governo.

O desenho institucional da carreira dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental em Minas Gerais pressupõe, como um dos objetivos de sua atuação, no rol de atribuições legalmente determinadas, a contribuição para o desenvolvimento do Estado, por meio do apoio ao Governo na formulação, avaliação e supervisão de políticas públicas. Desde a criação da carreira, em 1986, os EPPGGs de Minas Gerais têm se dedicado profissionalmente às diversas áreas de atuação do Poder Executivo Estadual, buscando alcançar tais propósitos. Essa atuação descentralizada e intersetorial muitas vezes favorece a reflexão sobre as práticas de gestão e políticas públicas, desenvolvidas pela administração pública ao longo dos anos, gerando sugestões de possíveis oportunidades, ideias, que poderiam proporcionar avanços no que vem sendo executado, como o que será demonstrado nesse artigo.

2. A Carreira de Administrador Público Instituída em Minas

Gerais

A carreira de administrador público em Minas Gerais foi instituída pela Lei nº 9.360 de 9 de dezembro de 1986. Entretanto, em decorrência de diretrizes políticas contrárias à sua continuidade, o ingresso de servidores ficou interrompido até 1994, quando foi publicada a Lei nº 11.658 e reestabelecida a entrada regular de novos membros. Quatro anos mais tarde, com a publicação da Lei nº 13.085 de 31 de dezembro de 1998, houve uma alteração da denominação da carreira, passando de “Administrador Público” para “Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental” (EPPGG).

O ingresso na carreira ocorre, inicialmente, por meio de vestibular para o Curso Superior de Administração com ênfase em Administração Pública realizado pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro. O vestibular é também um concurso público, sendo a obtenção do título de bacharel, ao final do curso – que tem duração de quatro anos –, um dos requisitos para a nomeação. Em 2004, duas turmas passaram a ser selecionadas anualmente (uma turma por semestre, totalizando 80 alunos/ano).

O Curso Superior de Administração Pública (CSAP) possui uma proposta diferenciada em relação aos demais cursos universitários brasileiros. Todos os estudantes recebem uma bolsa de estudos mensal, no valor de um salário mínimo, que tem por objetivo garantir ao futuro servidor uma ajuda de custo, exigindo, em contrapartida, dedicação exclusiva durante o seu período de realização. Após um ano e meio de estudos, o aluno firma um termo de compromisso para permanecer na carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental por um período mínimo de três anos, após nomeação e posse. Aqueles que não tomam posse após a nomeação, não cumprem o prazo mínimo de permanência na carreira, que desistem do curso a partir do quarto período, ou que são reprovados mais de duas vezes durante o curso devem indenizar o Estado em valor correspondente ao investimento realizado pelo Poder Público.

Ao concluir a graduação e cumprir os requisitos necessários, o ex-aluno do CSAP é nomeado, mediante ato publicado no Diário Oficial, para o grau e nível inicial da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, que integra a estrutura das carreiras do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. O EPPGG adquire sua estabilidade como servidor público após a conclusão do estágio probatório, decorrido o prazo de três anos, após a entrada em efetivo exercício. Os egressos são lotados no quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), mas grande parte deles são colocados a disposição dos diversos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual, devido à mobilidade garantida à carreira e à particularidade do seu

escopo de atuação, congruente com a natureza de todos esses órgãos.

2.1 Formação de Excelência

O Curso Superior de Administração Pública (CSAP) da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro (FJP) figura, juntamente com outros cursos do campo de Públicas, dentre os mais longevos cursos de Administração Pública do Brasil.

O CSAP sempre obteve conceito máximo (nota 5) no Índice Geral de Cursos – IGC, avaliações sistemáticas dos cursos superiores do Brasil realizadas pelo INEP - MEC. Em 2011, a Escola de Governo foi considerada a melhor faculdade de Minas Gerais no IGC. E em 2013 foi uma das 27 instituições de ensino superior do país que alcançaram a nota máxima no índice.

Na edição de 2012 do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o CSAP foi classificado em terceiro lugar geral entre as 1.540 graduações em administração avaliadas. Em 2006, já havia alcançado o primeiro lugar nessa mesma avaliação.

Além disso, o CSAP conquistou, em 2008, o índice “5 estrelas” do Guia do Estudante da Revista Abril, além de nota máxima no Índice Geral de Cursos (IGC) do INEP - MEC divulgado em 2009. Esse desempenho nos diversos instrumentos de avaliação reforça o caráter de excelência da formação dos servidores conduzida pela Escola de Governo, em Minas Gerais.

Ressalta-se, ainda, que o CSAP, além de possibilitar uma formação de excelência, permite uma formação aplicada e específica à administração pública estadual e nos seus quatro anos de formação auxilia na construção do “ethos público”, evidenciado no compromisso dos futuros servidores públicos com um serviço público de qualidade e democrático.

2.2 Atribuições

A carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) em Minas Gerais se destaca pela capacidade de auxiliar na entrega dos resultados e objetivos definidos pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Estão entre as atribuições dos EPPGGs a formulação, implementação, avaliação e a supervisão de políticas públicas, bem como o exercício de atividades relacionadas às áreas de gestão, como o planejamento e avaliação, administração financeira e orçamentária, contabilidade, modernização da gestão, racionalização

de processos, gestão e tecnologia da informação, recursos logísticos, recursos materiais, recursos humanos e administração patrimonial.

Observa-se que no quesito gênero a carreira de EPPGGs era formada à época da realização do Estado de Ideias por 54% de homens (285 servidores) e 46% de mulheres (239 servidoras). No que tange à distribuição dos EPPGGs nos órgãos e entidades da administração pública mineira destaca-se que estes servidores estavam, naquele momento, presentes em 62% dos órgãos e entidades, restando ainda 38% destes sem EPPGGs. Destes 62% de órgãos e entidades que possuíam EPPGGs, destaca-se a predominância dos servidores da carreira nos órgãos da administração direta com aproximadamente 86% de EPPGGs, com destaque para a Secretaria de Estado de Planejamento em Gestão que concentrava 39% do total de servidores da carreira.

Por fim, por se tratar de uma carreira cujos servidores são formados para assumirem papéis de gestão governamental e gestão de políticas públicas vale destacar também alguns dados importantes sobre as mais diversas funções ocupadas pelos EPPGGs. Desta forma, ressalta-se que, no tocante ao desempenho de funções, cerca de 70% dos EPPGGs estavam alocados em funções de técnicos e assessoria e 30% destes servidores desempenhavam funções de gestão e assumiam cargos do 1º ao 4º nível da estrutura hierárquica ou gerentes de programa, projetos e/ou de processos.

3. Metodologia da Técnica De Grupo Nominal

Considerando a formação, atuação e percepção dos EPPGGs em exercício nos mais diversos órgãos e funções, em Minas Gerais foi pensando um processo em que eles pudessem contribuir com o novo governo e com a sociedade como um todo, socializando suas ideias e propostas para os mais diversos setores em que atuam.

Para construir um documento robusto e representativo das principais ideias sobre novas práticas de governo e políticas públicas potencialmente implementáveis em Minas Gerais, na perspectiva dos EPPGGs que atuam no estado foi necessário propor uma metodologia de trabalho que conseguisse conciliar diferentes visões e níveis de experiência de centenas de servidores, com ideias das mais variadas amplitudes e complexidades. Nesse sentido, optou-se pela metodologia da Técnica de Grupo Nominal como resposta a essa necessidade, uma vez que a Técnica permite uma proposta consistente de condução para a construção pretendida.

A Técnica de Grupo Nominal permite formular espaços de consensos e priorização sobre ideias e propostas referentes a algum tema, bem como considerar seu nível de

importância relativa no contexto do grupo.

Para a operacionalização do trabalho o SINDESP-MG convidou a todos os EPPGGs do Estado de Minas Gerais para participarem do projeto através do envio de convites via e-mail, página do SINDESP-MG no facebook e também via whatsapp. Além disto, ocorreu uma reunião prévia para apresentação do projeto e discussão da metodologia onde foram convidados um ou dois facilitadores de cada sistema operacional (ex: Saúde; Educação; Transportes e Obras Públicas) a fim de que pudessem atuar como facilitadores e mobilizadores nos seus respectivos setores, potencializando a mobilização para uma maior adesão ao projeto.

A participação dos EPPGGs ocorreu prioritariamente nas oficinas realizadas nos sistemas em que atuam; entretanto, caso houvesse interesse, poderiam participar da proposição e construção de ideias em outros sistemas, com que já tivessem trabalhado ou que tivessem afinidades e interesse de participar. Tais oficinas foram chamadas de Workshops de Ideação.

Foram realizados, assim, 20 Workshops de Ideação, separados por sistema operacionais de governo, em que se propôs às equipes participantes listarem livremente ideias sobre iniciativas que pudessem melhorar a gestão governamental, o planejamento, a execução ou a avaliação de políticas públicas no Estado. As ideias não deveriam estar vinculadas a pessoas ou a estruturas, uma vez que estas têm caráter transitório. Na condução das oficinas, preocupou-se com a participação igualitária dos envolvidos no processo, garantindo que todos os EPPGGs presentes pudessem propor e apresentar suas ideias individuais.

A Técnica de Grupo Nominal, nesse sentido, confere um grau de liberdade para priorizar propostas, ao mesmo tempo que garante a todos o direito igualitário de propor e expor ideias, bem como a isonômica de atribuir peso na votação de priorização de ideias. Resguarda-se, dessa forma, a dominação de determinadas ideias ou membros sobre o restante do grupo.

Para explicar como a Técnica de Grupo Nominal foi utilizada no Projeto Estado de Ideias, registra-se aqui que ela foi constituída em quatro etapas. Na primeira, foi apresentado o objetivo da dinâmica que, no caso específico do projeto Estado de Ideias, foi à proposição de ideias sobre a melhoria das políticas públicas e práticas de gestão em cada sistema. Na segunda etapa, os participantes escreveram suas ideias silenciosamente, neste caso foram utilizados *post-its* para que pudessem registrá-las. Em um terceiro momento, cada pessoa expunha sua ideia ao grupo, explicando-a minimamente aos demais. Ressalta-se que esse momento não tinha por objetivo o convencimento dos demais sobre a importância da ideia, o que poderia levar a uma polarização ou dominação que a Técnica busca neutralizar, mas sim permitir que todos pudessem compreender o valor das ideias a partir da visão do seu criador, bem como permitir que

um facilitador, que era eleito pelo grupo, pudesse propor a junção dos temas que fossem duplicados ou muito correlatos, caso fosse consenso para o seus propositores.

Depois de expostas às ideias por todos, e realizadas as possíveis consolidações temáticas das ideias, o grupo identificava as que lhe eram prioritárias, por meio de uma votação individual – três votos para cada membro –, também silenciosa. Ao final, têm-se como resultado as ideias que melhor expressam as propostas de avanço das políticas públicas que o grupo definiu em seu sistema.

No caso de números mais extensos de participantes em determinado sistema, mais de um subgrupo foi constituído – em média com até 10 participantes, sendo a votação das prioridades do sistema votadas novamente por todos os participantes – com novos três votos por pessoa –, a partir das prioridades selecionadas em cada grupo. Neste caso, os facilitadores eleitos em cada subgrupo eram responsáveis por apresentar as ideias que surgiram em cada esfera. Tais ideias foram sintetizadas na seção do documento intitulado “Ideias Priorizadas por Setor de Governo”. Em cada um dos grupos foi identificado um ou mais facilitadores que auxiliaram na condução da técnica, registrando todas as ideias e conduzindo a priorização.

O papel do facilitador foi garantir que, ao expor as ideias, não houvesse polarização e sim esclarecimento da proposta, e que no momento da votação fossem identificadas e compiladas as ideias mais votadas. Além disso, foi responsável por construir, junto aos demais participantes dos workshops, um texto breve acerca das ideias priorizadas, de forma a torná-las elucidativas no documento final.

Destaca-se, por fim, que as ideias sugeridas nas fases anteriores da dinâmica que, entretanto, não foram escolhidas entre as prioritárias, também foram incorporadas no documento como “Ideias Individuais por Setor de Governo”, garantindo a contribuição dos participantes em sua máxima possibilidade.

O Projeto Estado de Ideias promoveu então, em Minas Gerais, uma reflexão, por parte dos EPPGGs sobre os sistemas e formas de melhorar as políticas públicas no Estado de Minas Gerais. O Projeto contou com 06 moderadores, que organizaram os vinte Workshops, apoiados por 24 facilitadores. Foram mais de 90 horas dedicadas à discussão de políticas públicas e gestão governamental, promovida por 197 EPPGGs, que priorizaram 91 ideias para os sistemas do Governo, registradas de forma genérica na próxima seção, além de 466 ideias, que embora não identificadas como as prioridades pelos grupos para cada sistema também, foram registradas no documento. Essas ideias individuais também podem contribuir com a melhoria das políticas públicas.

4. Ideias Priorizadas por Setor de Governo

As ideias priorizadas nos 20 workshops de ideação, que foram realizados, estão registradas no documento final “ Estado de Ideias” na parte identificada como ideias priorizadas por Setor de Governo. Abaixo segue o cronograma das atividades elaborado para que ao fim de cada workshop o grupo chegasse ao resultado final pretendido para aquela atividade:

TEMPO	ATIVIDADE
20 min	Apresentação do moderador sobre o objetivo do workshop, dinâmica, divisão dos sub-grupos e eleição dos facilitadores de cada subgrupo.
30 min	Elaboração das ideias, e registro em post-its, pelos participantes.
20 min	Apresentação das ideias por cada participante para o seu sub-grupo.
10 min	Priorização das ideias de cada subgrupo.
10 min	Apresentação das ideias priorizadas em cada sub-grupo pelos seus respectivos facilitadores.
10 min	Priorização final das ideias de todo o grupo de EPPGGs participantes.

Fonte: Documento Estado de Ideias, página 30.

Ao todo foram 91 ideias priorizadas sendo que uma ideia poderia: a) ser priorizada e ser referente a um único setor de governo; b) ser priorizada e manter certa correlação com outros setores (ou seja, ser uma ideia de natureza intersetorial e por isto ter a intersetorialidade destacada no documento); ou poderia inclusive ser uma ideia priorizada para um outro setor de governo.

Cada setor de governo poderia ter no máximo 5 ideias priorizadas, para manter certa isonomia entre estes, independente do tamanho e importância do setor de Governo, pois esta não era uma valoração pretendida pelo documento. Abaixo segue exemplo de uma página das ideias do Setor Educação na seção “Ideias Priorizadas por Setor de Governo”.

Como se pode observar cada ideia priorizada tinha seu título, mas também um texto que complementava o teor desta ideia, refletindo o que o grupo pensava. Este texto era uma espécie de justificativa que complementava o título da ideia, cuja autoria ficou a cargo do facilitador de cada workshop, produzida em conjunto com o servidor que deu a ideia e validada com o grupo. Abaixo segue exemplos:

Setor Educação - Ideia 4: Aumentar a eficiência nas relações com as regionais e com os cidadãos por meio da modernização das ferramentas de tecnologias de informação e comunicação.

A Secretaria de Educação está dividida em 47 Superintendências Regionais de Ensino, possuindo 3.668 escolas estaduais ativas. A fim de otimizar a integração entre o Órgão Central, Regionais e escolas, é mister potencializar a comunicação entre essas unidades. Entende-se que as Tecnologias de Informação podem atuar como instrumentos

úteis a essa finalidade. Em um cenário futuro, poder-se-ia vislumbrar a criação de uma espécie de “sala de situação” das escolas, permitindo aos gestores uma visão mais fidedigna da realidade, e, proporcionando, decisões mais embasadas. Isso é válido também em relação à comunicação entre a rede de ensino e seus beneficiários: os alunos, em sentido estrito, e cidadãos, em sentido amplo. Para tanto, faz-se necessário o estímulo à Educação a Distância e à difusão do uso de videoconferências. O potencial dessas ferramentas passa também pela criação de ambientes virtuais de aprendizagem destinados aos discentes. Dessa forma, seria possível estimular o protagonismo dos alunos como sujeitos ativos na construção da própria aprendizagem. O campo dessas tecnologias na educação é vasto e pode contar com aplicativos já disponibilizados ou a serem desenvolvidos com instituições parceiras. Ademais, o uso de TIs possibilita que o trabalho como um todo seja aperfeiçoado, conjuntamente com a definição de fluxos e atividades sistêmicas.

Setor Planejamento e Gestão - Ideia 4: Desenvolver o ambiente acolhedor na Cidade Administrativa para servidores, cidadãos e turistas.

A Cidade Administrativa compõe um dos mais importantes complexos arquitetônicos do arquiteto Oscar Niemeyer no município de Belo Horizonte. Propõe-se desenvolver um projeto que potencialize a característica turística deste complexo. Para tanto, sugere-se desenvolver ações culturais e de melhoria de mobilidade. Na linha de mobilidade sugere-se disponibilização de bicicletas (por sistema de empréstimo gratuito ou alugado) para serem utilizadas pelos cidadãos na contemplação do entorno e por servidores no trajeto estacionamento – prédios, criação de ciclovias na linha verde da Cidade Administrativa para que servidores, cidadãos e turistas possam ter um acesso diferenciado e seguro ao complexo, expansão do horário permitido para uso de bicicletas no metrô e no MOVE e implantar bicicletário no metrô. Sugere-se, ainda, desenvolver projetos culturais no complexo, que aproveitem o espaço disponível como é o caso dos gramados, da área dos estacionamentos e auditório Juscelino Kubitschek.

EDUCAÇÃO



IDEIA 1

Melhorar a carreira do professor

A carreira de professor de educação básica (PEB) é pouco atrativa. O salário inicial, médio e final para 24 horas semanais é de R\$1.455,00 (cerca de R\$14/hora), R\$2.015,00 e R\$3.011,00, respectivamente. Tais valores levam a uma alta evasão dos servidores concursados e em algumas especialidades há dificuldades em conseguir professores para lecionar. A proposta envolve reformular a carreira com progressões e promoções baseadas por pontos alcançados e adicional de desempenho vinculado à avaliação individual, beneficiando cerca de 50.000 professores efetivos, 60.000 designados, além de cerca de 100.000 aposentados e afastados. O vencimento deveria ser aproximado às demais profissões de nível superior. Atualmente os professores públicos mineiros contribuem decisivamente para a formação cidadã de mais de 2 milhões de mineiros. Diversos estudos comprovam o impacto positivo de bons professores na formação dos alunos, portanto, a valorização dos professores é essencial para reter docentes atualizados e com boa formação teórica. Como o impacto fiscal de aumentos para a carreira PEB é muito grande, a valorização superior dos níveis 2, 3 e 4 da carreira é um caminho mais estratégico, incentivando a formação continuada dos docentes, de preferência com parcerias da Escola de Formação/SEE com as universidades, inclusive da própria rede estadual.

IDEIA 2

Demandar maior responsabilização dos diretores quanto aos resultados das escolas

A escolha dos diretores escolares em Minas Gerais é realizada com base em consulta à comunidade escolar (alunos maiores de 14 anos, professores, servidores e pais dos alunos). O candidato ao cargo de diretor precisa ser servidor efetivo, ter feito curso específico oferecido pela SEE-MG e ter sido aprovado em exame também ofertado pela secretaria. Apesar de considerar critérios técnicos e democráticos para a seleção dos diretores, a cobrança sobre esses em relação aos resultados das escolas ainda é incipiente. O aumento da responsabilização dos gestores no cumprimento das metas pactuadas com o órgão central ou mesmo governo federal premitiria os gestores com melhores resultados além de auxiliar o aprimoramento da escolha dos futuros diretores. Para que seja possível aumentar a responsabilização é preciso simplificar o Instrumento de pactuação entre escolas e órgão central. Desta forma, seria mais fácil para os gestores entenderem em que nível possuem ingerência sobre os resultados possibilitando que esses ajam com o intuito de atingirem as metas definidas.

IDEIA 3

Realizar investimentos em educação profissional

As exigências do mercado de trabalho por recursos humanos qualificados e a crescente demanda dos jovens por mais e melhores oportunidades de formação profissional, para o acesso ao emprego e à renda, trouxeram a tona um grande desafio: como estruturar eficazmente uma ampliação da oferta da educação profissional de ensino médio no País? Segundo dados do Censo Escolar de 2013, em Minas Gerais somente 1,12% dos alunos do Ensino Médio estavam matriculados em algum curso de Educação Profissional. Este percentual demonstra o pouco interesse dos alunos e também a baixa oferta de cursos pelas escolas da rede pública. É necessário, portanto, aumentar os recursos destinados à educação profissional (mobiliário, laboratório, infraestrutura, pessoas) para prover uma oferta eficiente de educação profissional nos diversos municípios mineiros que atenda principalmente as demandas e especificidades regionais e municipais e contribua para o desenvolvimento econômico do Estado. Desta forma, deve-se promover a implantação de uma rede estadual de educação profissional, integrando e alinhando as políticas de educação e qualificação.

30

Fonte: Documento Estado de Ideias, página 30.

Como citado, ideias que tivessem intersetorialidade com outros setores também tiveram esta característica destacada no documento final. Abaixo segue exemplo da Ideia 3 do Setor Turismo que possui intersetorialidade também com outros órgãos de governo:

IDEIA 3

Criar e desenvolver uma empresa pública que assuma a gestão do sistema turístico de Minas Gerais, para que haja autonomia na execução das políticas, possibilitando aumento da arrecadação, bem como flexibilidade na execução de suas ações

Atualmente, a Subsecretaria de Turismo possui um dos orçamentos mais baixos do Estado, dificultando o planejamento e limitando as ações da pasta para o desenvolvimento do turismo. Assim como ocorre com outros estados e municípios, a transformação da Secretaria em uma empresa pública possibilitará a captação de recursos próprios, fazendo com que a entidade não dependa de forma tão incisiva dos recursos do tesouro estadual, possibilitando realizar trabalhos de campo e sua participação em eventos de forma constante, mesmo em períodos de restrição orçamentária, sem prejudicar a imagem do Estado como destino turístico. Além disso, possibilitará mais agilidade e qualidade na elaboração de materiais promocionais e na realização das demais ações promocionais, transformando a entidade em uma estrutura condizente com o dinamismo que a natureza da sua atividade demanda.

* Ideia intersetorial. Dialoga também com: AGE, SECCRI, SEF e SEPLAG.

Fonte: Documento Estado de Ideias, página 47.

5. Ideias Individuais

Depois de concluídos os workshops de ideação os participantes ainda eram informados que poderiam, caso quisessem, encaminhar outras ideias que seriam compiladas e registradas no documento final enquanto ideias individuais, garantindo assim a contribuição dos participantes em sua máxima possibilidade. A eles também foi informado que poderiam comunicar aos demais colegas dos seus respectivos órgãos e entidades que encaminhassem suas contribuições, caso fosse de seu interesse contribuir.

Notou-se que apesar de uma grande adesão ao projeto, com os cerca de 200 EPPGGs envolvidos, que seria importante também receber as contribuições daqueles que por algum motivo não puderam participar. Neste sentido, para reforçar este pedido o SINDESP encaminhou comunicados através de e-mails, reiteradamente, a todos os servidores da carreira.

Ao todo 466 ideias foram registradas como ideias individuais no documento final do Estado de Ideias, 403 ideias coletadas durante os workshops de ideação e 61 ideias recebidas através das contribuições online dos EPPGGs. Abaixo segue exemplo da forma como tais ideias foram consolidadas no documento final.

SETOR DE GOVERNO*	TEMA	IDEIA	ORGAOS AFETOS***	AUTOR	ORIGEM DA IDEIA	
1	Diretrizes Gerais	Avaliação e Qualidade	Aproximar a elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas às universidades e outras instituições de pesquisa.	TODOS OS ORGAOS.	Leticia S. Palma	Workshop - Desenvolvimento Social e Trabalho
2	Diretrizes Gerais	Gestão de Pessoas	Fortalecer e desenvolver competências dos gestores efetivos nos órgãos.	TODOS OS ORGAOS.	Rafael F. Morais	Workshop - Educação
3	Diretrizes Gerais	Governança Corporativa	Incentivar a adoção de instrumentos de governança corporativa entre os órgãos, entidades e empresas controladas pelo Estado.	TODOS OS ORGAOS.	Ramon A. C. Neres	Workshop - Fazenda
4	Diretrizes Gerais	Governo Federal	O Estado deve se aproximar do Governo Federal e desenvolver a cultura de dialogar com os Ministérios para sugerir melhorias em Programas Federais, considerando que o âmbito estadual está mais próximo da execução dos programas e dos resultados dos mesmo, o que permite uma melhor avaliação.	TODOS OS ORGAOS.	Gabriela P. Rocha	Workshop - Prioridades Estratégicas
5	Diretrizes Gerais	Inovação	Utilizar o primeiro ano de governo para identificar os setores de governo que possuem baixo desempenho em certas políticas públicas e/ou projetos, a fim de realizar benchmarking com entidades e outros estados da federação que são referência nestas áreas para que possam ser traçadas ações assertivas para avançar ainda mais na execução das políticas públicas em Minas Gerais.	TODOS OS ORGAOS.	Guilherme B. V. Lobato	Participação On-line
6	Diretrizes Gerais	Integração de Ações	Integrar políticas e ações entre diferentes Secretarias (exemplo: SEAPA e SEDE trabalharem conjuntamente para a melhoria da qualidade do leite, visando a industrialização e exportação de produtos).	TODOS OS ORGAOS.	Renata A. Pereira	Workshop - Desenvolvimento Econômico
7	Diretrizes Gerais	Modelo de Gestão	Favorecer a comunicação, o alinhamento, a descentralização decisória e a motivação dos servidores, por meio de processos de governança interna e externa aos órgãos.	TODOS OS ORGAOS.	Gustavo G. V. Almeida	Workshop - Desenvolvimento Social e Trabalho
8	Diretrizes Gerais	Modelo de Gestão	Promover o fortalecimento das áreas fim.	TODOS OS ORGAOS.	Rafael F. Morais	Workshop - Educação
9	Diretrizes Gerais	Programas e Ações	Empreender esforços na priorização das ações governamentais, buscando atuação focada e objetiva sobre os problemas da pobreza.	TODOS OS ORGAOS.	Gustavo G. V. Almeida	Workshop - Desenvolvimento Social e Trabalho

Fonte: Documento Estado de Ideias.

Observa-se que na consolidação final, as ideias individuais foram numeradas e organizadas em 22 setores de governo (sendo um caracterizado como “Diretrizes Gerais”) e em 117 subtemas. Abaixo segue tabela que sistematiza o número de ideias recebidas por setores de governo, pelos Sistemas:

Setor de Governo Preponderante	Número de Ideias
Agricultura e Pecuária	13
Casa Civil e Relações Institucionais	9
Ciência e Tecnologia	6
Controladoria	8
Cultura	2
Defesa Social	35
Desenvolvimento Econômico	16
Desenvolvimento Regional e Metropolitano	23
Desenvolvimento Social e Trabalho	44
Diretrizes Gerais	10
Educação	14
Esportes	14
Fazenda	14

Gestão	1
Governo	10
Meio Ambiente	10
Ouvidoria	2
Planejamento e Gestão	159
Prioridades Estratégicas	7
Saúde	35
Transportes e Obras Públicas	13
Turismo	19
Total Geral	464

Fonte: Elaboração própria com base no Documento Estado de Ideias.

As ideias individuais foram também caracterizadas com informações a respeito dos órgãos que poderiam ser contemplados por estas ideias e o nome do seu autor (no caso de uma futura implementação necessitar de maiores informações). Independente da validade, complexidade e possibilidade de implementação, o trabalho tentou registrar toda e qualquer contribuição recebida pelos EPPGGs a fim de garantir a isonomia da possibilidade de contribuição destes, sem julgamentos de mérito, vez que este ficaria para os gestores e dirigentes máximos quererem, um dia, implementá-las ou não.

Abaixo segue o número das ideias individuais registradas em cada workshop de ideação. Observou-se uma média de 22 ideias individuais, sendo que o workshop que mais apresentou ideias individuais foi o de Planejamento e Gestão, com 67 ideias, seguido pelo de Desenvolvimento Social e Trabalho com 48 ideias e o de Saúde com 44.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Documento Estado de Ideias.

6. Considerações Finais

O Estado de Ideias nos possibilitou perceber que os papéis de um Sindicato e de seus servidores podem ir além de apenas conquistar e garantir direitos e benefícios aos seus afiliados, pois devem alcançar o sentido de ser servidor público, que é de contribuir para o serviço público e o bem estar dos cidadãos, principalmente quando tratamos de servidores de uma carreira que foram formados para exercer o serviço público desde a sua formação, como é o caso dos Especialistas em Políticas Públicas do Estado de Minas Gerais.

A iniciativa nos permitiu verificar que mesmo com um baixo orçamento é possível mobilizar pessoas engajadas para com o bem público, para tanto é importante desenvolver iniciativas bem planejadas e conquistar o apoio de importantes parceiros e mobilizadores nos setores em que se pretende atuar. O projeto foi executado com apenas R\$2.500,00, investidos na aquisição dos materiais de escritório utilizados nos workshops de ideação, na contratação de designer para elaborar o documento final e nas suas impressões.

Para conseguir a adesão de aproximadamente 40% de uma carreira de servidores públicos foram providenciadas a ampla mobilização e divulgação, o compromisso dos participantes e o indistinto tratamento em importância dos setores e do valor de que cada um poderia agregar ao processo com suas diferentes opiniões, experiências e diferenças. O sentido de realizar o bem ao serviço público sem olhar a quem foi importante para conseguirmos esta adesão expressiva mesmo com a realização das atividades após o horário de trabalho, que foi uma premissa para a execução do projeto.

A metodologia utilizada foi outro importante fator de sucesso, pois de forma bem pragmática ela possibilitou a execução do objetivo do projeto no tempo desejado, garantindo o valor da contribuição de cada servidor, pois um de seus princípios era o de formar consenso sem permitir julgamentos, garantindo a todos a chance de contribuir.

Pelo que nos foi noticiado esta foi uma das primeiras iniciativas no Estado de Minas Gerais em que houve uma mobilização da carreira em prol de uma reflexão para a melhoria dos serviços públicos, que para nós somente a união da carreira em prol deste objetivo já significou um ponto muito positivo para a integração de seus membros e para demonstrar o valor dos gestores públicos a um governo.

Como pontos de melhorias para futuras mobilizações e iniciativas semelhantes ao Estado de Ideias fica o desafio de se mobilizar ainda outras carreiras para que o conhecimento de seus servidores e suas opiniões de especialistas sejam também considerados, agregando ainda mais valor ao resultado.

Além disto, outra reflexão fica no tocante ao acompanhamento para a efetiva implementação das ideias levantadas em todo o processo, para que não fiquem apenas no mundo das ideias mas que sejam de fato utilizadas pelos governantes.

Por fim, ressaltamos que o Estado de Ideias foi um importante aprendizado tanto para o SINDEPS-MG quanto para a carreira de EPPPGs de Minas Gerais, visto que demonstrou que com vontade e união é possível inovar e quebrar paradigmas para efetivamente contribuir para um estado e políticas públicas melhores.

7. Referência

ANGEL Guillén Zanón, Documentación administrativa, ISSN 0012-4494, N° 223, 1990.

CAMPOS, G. W. S. Um método para análise e co-gestão de coletivos. São Paulo: Hucitec, 2000.

Delbecq, André; Van de Ven, Andrew; Gustafson, David: Group Techniques for Program Planning. (Glenview, IL: Scott, Foresman & Co), 1975.

MINAS GERAIS, Lei no 13.085/1998- Institui a carreira de EPPPGs. Diário Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

MINAS GERAIS, Lei no 18.974/2010 – Determina a estrutura e as atribuições da carreira. Diário Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MINAS GERAIS, Decreto no 45.529/2010 - Disciplina sobre o regulamento da carreira e a Gratificação de Desempenho por Produtividade Individual (GDPI), 2010.

Rohrbaugh, J.: Improving the quality of group judgement: Social judgment analysis and the Nominal Group Technique, Organizational Behaviour and Human Performance, 1981.

UMA REFLEXÃO CRÍTICA ENTRE PROSTITUIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL:

Avanços, retrocessos e conjuntura sociopolítica

Lucas Bernardo Dias⁹

SUMÁRIO: • 1 Introdução • 2 Desmistificando o Métier • 3 Identidade Política • 4 Reconhecimento Ocupacional • 5 Cenário Sociopolítico • 6 Políticas Públicas • 7 Conclusões e Considerações Finais • 8 Referências.

RESUMO: A relação entre prostituição e poder público é marcada por diversas controvérsias, avanços e retrocessos. Seguindo uma lógica de análise baseada a partir de uma perspectiva sociológica do conflito, o presente trabalho tem como principal objetivo apresentar uma discussão muito além da já conhecida dinâmica histórica, elucidando uma nova perspectiva das principais reivindicações deste fenômeno social, com ênfase no estudo das práticas adotadas e atividades elaboradas no campo acadêmico, em consonância com as iniciativas do legislativo, do executivo e judiciário em relação ao objeto em estudo. Iniciaremos assim as discussões em torno das demandas e representações do movimento brasileiro de prostitutas e o que estas permitem ressaltar sobre os avanços e retrocessos da democracia brasileira em sua atual conjuntura. A relevância desta proposta torna-se um importante instrumento para a produção do conhecimento, mas, sobretudo, desde que este venha sempre acompanhado por uma reflexão crítica e, antes, de sua possibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Prostituição; Políticas Públicas; Identidade Política; Justiça; Cidadania.

⁹Graduando em Gestão Pública pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

A CRITICAL REFLECTION BETWEEN PROSTITUTION AND PUBLIC POLICIES IN BRAZIL:

Advances, setbacks and socio-political conjuncture

CONTENTS: • 1 Introduction • 2 Demystifying the Métier • 3 Political Identity • 4 Occupational Recognition • 5 Sociopolitical Scenario • 6 Public Policies • 7 Conclusions and Final Thoughts • 8 References.

ABSTRACT: The relationship between prostitution and public Power is marked by various controversies, advances and setbacks. Following a logic of analysis based on a sociological perspective of the conflict, the main objective of this work is to present a discussion well beyond the already known historical dynamics, elucidating a new perspective of the main demands of this social phenomenon, with emphasis on the study of practices adopted and activities elaborated in the academic field, in consonance with the initiatives of the legislative, executive and judiciary in relation to the object under study. We will start the discussions about the demands and representations of the Brazilian prostitute movement and what they allow us to highlight about the advances and setbacks of Brazilian democracy in its current conjuncture. The relevance of this proposal becomes an important instrument for the production of knowledge, but above all, provided it is always accompanied by a critical reflection and, before, its possibility.

KEYWORDS: Prostitution; Public Policy; Political Identity; Justice; Citizenship.

UNA REFLEXIÓN CRÍTICA ENTRE PROSTITUCIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN BRASIL:

Avances, retrocesos y coyuntura sociopolítica

CONTENIDO: • 1 Introducción • 2 Desmitificando El Métier • 3 Identidad Política • 4 Reconocimiento Ocupacional • 5 Escenario Sociopolítico • 6 Políticas Públicas • 7 Conclusiones y Consideraciones Finales • 8 Referencias.

RESUMEN: La relación entre prostitución y poder público está marcada por diversas controversias, avances y retrocesos. Siguiendo una lógica de análisis basada en una perspectiva sociológica del conflicto, el presente trabajo tiene como principal objetivo presentar una discusión mucho más allá de la ya conocida dinámica histórica, elucidando una nueva perspectiva de las principales reivindicaciones de este fenómeno social, con énfasis en el estudio de las prácticas y las actividades elaboradas en el campo académico, en consonancia con las iniciativas del legislativo, del ejecutivo y judiciales en relación al objeto en estudio. Iniciaremos así las discusiones en torno a las demandas y representaciones del movimiento brasileño de prostitutas y lo que éstas permiten resaltar sobre los avances y retrocesos de la democracia brasileña en su actual coyuntura. La relevancia de esta propuesta se convierte en un importante instrumento para la producción del conocimiento, pero, sobre todo, siempre que este venga acompañado de una reflexión crítica y, más bien, de su posibilidad.

PALABRAS CLAVE: Prostitución; Políticas Públicas; Identidad Política; Justicia; Ciudadanía.

1. Introdução

“A prostituição, desde os tempos mais remotos, é amplamente demandada pela sociedade. Não importa o gênero nem o nível social, intelectual ou econômico: pessoas de todos os perfis procuram prostitutas [...]” (SENRA, 2013, p. 20). Relatos sobre a presença de prostitutas nas ruas das cidades e, sobretudo, atuando de maneira direta ou indireta na esfera política em relações com agentes do Estado e da Igreja são conhecidos desde que existem cidades e suas instituições de controle e de concentração de poder¹⁰. Apesar disso, ou talvez por isso mesmo, a prostituição é considerada um tabu, tornando-se objeto de repressão e controle em vários países. São esses constrangimentos ora difusos, ora legais que, no entanto, deflagraram a organização das prostitutas em vários lugares do mundo e, sobretudo a partir dos anos 1970, esta atividade vem se fortalecendo e se reinventando, se moldando a novos paradigmas e ganhando na contemporaneidade aspectos característicos da luta de classes, através da emergência de movimentos que reivindicam o direito a ter direitos, na luta e na busca por cidadania, igualdade e justiça social. Partindo deste pressuposto, o presente trabalho busca desenhar um breve panorama das políticas públicas destinadas à esta categoria – às prostitutas –, a fim de mapear o entendimento e a resposta de outros atores políticos, institucionais e sociais face à principal demanda que esse grupo, enquanto movimento social vem articulando: A regulamentação profissional e o reconhecimento do *métier*. Através dessa trajetória de constituição e consolidação de um novo e importante sujeito coletivo no cenário nacional, e a partir de sua perspectiva, são observadas novas formas de interlocução com o Estado brasileiro.

2. Desmistificando o Métier

Para Senra (2013, p. 21) a prostituição representa a comercialização de relações sexuais entre pessoas adultas capazes, mediante livre e mútuo consentimento. Ou seja, para a sua caracterização é necessário que haja um consentimento válido. A sua falta, ou inexistência, imputa na exploração sexual:

¹⁰ Estado e Igreja já exploraram economicamente a prostituição. Foi relatada a existência de bordéis estatais na Grécia Antiga. A Igreja Católica detinha propriedades voltadas à atividade ao longo da Idade Média (as chamadas "casas de tolerância").

Em suma, no que concerne à prostituição, a exploração sexual, em termos jurídicos, implica que alguém se beneficie abusiva e indevidamente do trabalho da prostituta, quer reduzindo-a a condição análoga à de escrava, quer exigindo dela participação leonina em seus rendimentos, contra a sua vontade — ou seja, através da prática de atos que viciem o consentimento (erro, dolo ou coação). Nesse conceito jurídico, fica evidente que a exploração sexual não é uma **característica** da prostituição, mas sim um **fato contingente** a ela que, ocorrendo, constitui crime. O mito que se consolidou no sentido de que qualquer relação envolvendo uma prostituta e um empresário será necessariamente uma relação de exploração, portanto, contraria o conceito jurídico de exploração (SENRA, 2013, p. 137)¹¹.

A partir desta perspectiva, outros crimes não devem ser confundidos ou associados com a prostituição, como é o caso, por exemplo, do comércio sexual infantil, fato tipificado como exploração sexual de menores. Nesta situação, eventuais consentimentos por parte dos menores – por serem seres classificados juridicamente como “incapazes”, devido a sua menoridade civil – seriam considerados nulos¹².

Na prática é uma atividade profissional de natureza *sui generis*, marcada pela heterogeneidade, um fenômeno social que vai muito além da troca de sexo por dinheiro. A prostituição, como outra atividade qualquer, tem suas características baseadas em conceitos e valores de mercado.

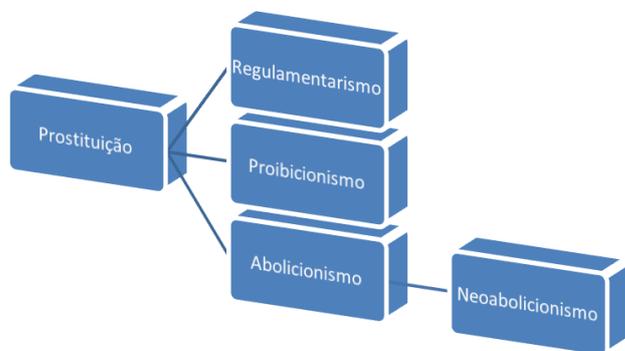
¹¹Cf. SENRA, Márcio. **A prostituição no Brasil no século XXI: razões para sua regulamentação**. 2013. 407 f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, p. 137.

¹²Ibid. pp. 21-22: O autor adota como premissa a tese de que a capacidade de discernimento de um ser humano só se apresenta íntegra na maioridade: “Entende-se, a partir dessa premissa, que falta aos menores de idade capacidade de fato, ou de exercício, para manifestarem vontade válida de se prostituir. Isso não significa que esta dissertação não enxergue a realidade brasileira, i. e., que desconheça a existência de milhares de crianças e adolescentes atuando no comércio sexual nos dias de hoje — o que representaria sério sintoma de miopia crônica. O ponto é que o trabalho de crianças no comércio sexual não se confunde com prostituição, tratando-se na verdade de exploração sexual de menores, haja vista que seu eventual consentimento não é válido, por lhes faltar, como dito, a capacidade. A prostituição, como será melhor esclarecido em momento oportuno, representa a comercialização de relações sexuais entre pessoas adultas e capazes, mediante livre e mútuo consentimento. Não havendo um consentimento válido, não há que se falar em prostituição, mas sim em exploração sexual. Se um deficiente mental for alocado no comércio sexual, mesmo sem violência e aparentemente sem qualquer contrariedade sua, ainda assim tratar-se-á de exploração sexual de vulnerável, pois falta a ele capacidade para manifestar vontade juridicamente válida. Da mesmíssima forma, se menores de idade são colocados para trabalhar no comércio sexual — ainda que, a rigor, não haja coação, e que eles assim “desejem” —, não existe aí um consentimento válido, não havendo que se falar em prostituição infanto-juvenil, mas sim em exploração sexual de menores. Não se trata de um mero jogo de palavras. Afinal, de lege lata, o envolvimento de deficientes mentais e de menores de idade no comércio sexual é tipificado pelo Código Penal brasileiro”.

Considerada por muitos como a profissão mais antiga de que se tem notícia, a luta pelo reconhecimento da prostituição como trabalho não se reduz ao “estigma e a uma identidade deteriorada” (GOFFMAN, 1980). Este processo engloba diversas realidades e representação de papéis que se traduzem em um enorme número de significados, identidades e sentidos acerca do seu reconhecimento.

Ao redor do mundo, o poder instituído orienta suas ações e políticas frente à prostituição, dentro de quatro possíveis sistemas legais: 1) Regulamentarismo: Atividade reconhecida, legítima e regulamentada, possibilitando uma série de garantias legais e direitos trabalhistas¹³; 2) Proibicionismo: Sistema legal que não reconhece a atividade, criminaliza as condutas das prostitutas, clientes e daqueles que exploram o

Figura 1. Modelos Jurídicos em relação à Prostituição



Fonte: SENRA (2013, p. 177-178)

trabalho sexual; 3) Abolicionismo: Entende a prostituta como uma “vítima”, descriminalizando sua conduta, mas criminalizando a de terceiros que exploram a atividade; 4) Neoabolicionismo: Modelo híbrido entre o abolicionismo e o proibicionismo.

No sistema abolicionista o peso da “ilegalidade” está no patrão ou empresário, na atividade chamada *derufianismo*¹⁴, popularmente conhecida como “cafetagem”. O Brasil adota este modelo desde 1942, quando entrou em vigor o atual e obsoleto Código Penal, encarando assim a prostituição como uma atividade a ser erradicada. Esse tipo de sistema é atravessado por uma perniciososa tendência de omissão por parte do Estado, na qual suas ações apenas se ocupam dos aspectos penais periféricos à atividade, sem se preocupar com garantias e direitos fundamentais das prostitutas.

¹³No Brasil, esta perspectiva jurídica é defendida através do Projeto de Lei Nº 4.211/2012 do deputado federal Jean Wyllys, que se encontra atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

¹⁴s.m. Forma de lenocínio que consiste em viver parasitariamente, à custa do ganho das prostitutas. No Brasil é considerado crime segundo os Artigos 227 a 230 do Código Penal.

Na retórica popular – esta fundamentada sobre uma “hierarquia de credibilidade”(BECKER, 1976, p. 136)¹⁵ – a prostituição é retratada como um “câncer social”, uma atividade moralmente desviante e reprovável, objetificadora da mulher, sendo associada ao abuso infantil, ao tráfico de pessoas e de drogas, à violência e à criminalidade em *latu sensu*. A literatura médica e criminológica contribuiu em muito para a difusão dessas imagens, desde o final do Século XIX (SOARES, 1992, p. 83)¹⁶, sendo acrescentada de outras, mais contemporâneas, que operam sob um mesmo paradigma de vitimização, patologização e criminalização dos atores e das relações existentes no universo da prostituição. Nesta perspectiva, o *Mainstream* assume uma “retórica impregnada de moralismo” – a retórica mundial antiprostituição que, em 2015, manifestou-se mais uma vez por ocasião das novas orientações da Anistia Internacional pela descriminalização da prostituição (SIMÕES, 2015)¹⁷. A criação e a propagação de estereótipos vitimizantes e estigmatizantes por parte de movimentos contrários à prática fortalecem este discurso, tratando o fenômeno como um problema, uma patologia, um

¹⁵Cf. BECKER, Howard S. De que Lado Estamos?. In: **Uma Teoria da Ação Coletiva**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977 [1976]. p. 122-136; p. 136: O autor propõe interpretar como uma “Hierarquia de Credibilidade” os discursos proferidos por determinados agentes face a outros, normalmente subjugados em uma relação de poder. Através dessa noção, Becker explica a legitimação do discurso de certos atores dominantes de uma estrutura social. Estes atores dominantes são caracterizados detentores dos mecanismos de poder, controle e coerção, podendo atuar nas estruturas do Estado ou como membros de grupos que, em determinadas relações ou em certos debates, figuram como os “proprietários do problema público”, assumindo, no exercício de seus papéis, o discurso de poder legitimado face àquele dos demais atores com os quais interagem num determinado quadro institucional. São “autoridades”, nesse sentido.

¹⁶Cf. SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, ilhoas, polacas**: A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. São Paulo: Ática, 1992. 120 p., p. 83. et. seq.: “O enorme crescimento da prostituição feminina no Rio de Janeiro, em meados do século XIX, chamou a atenção, principalmente dos médicos e das autoridades policiais, para um fenômeno que, embora já conhecido, começava a ultrapassar os limites impostos pelas regras morais e religiosas da sociedade escravista”; “[...] demoraria, os médicos propuseram medidas práticas para o controle e a regularização da prostituição pública [...] A primeira medida prática proposta pelo Dr. Lassance Cunha foi a concentração da prostituição em casas especiais de determinadas áreas, acabando-se com a sua expansão desenfreada pelas freguesias da cidade”; “As “medidas coercitivas”, seguindo a linha traçada pelo Dr. Lassance Cunha, também apontavam para a necessidade de isolamento das prostitutas, impondo-lhes, conseqüentemente, um controle médico-hospitalar. [...] O resumo final das medidas coercitivas prescritas pelo Dr. João Francisco de Souza esclarecia muito bem o ponto de vista deste médico, colocando nas mãos da Polícia a responsabilidade pelo controle espacial e médico-hospitalar das meretrizes”.

¹⁷SIMÕES, Soraya Silveira. Trabalho sexual não é crime: Criminalização das relações de trabalho nesse universo laboral põe milhares de homens e mulheres à margem dos direitos garantidos a todo trabalhador. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 ago. 2015. Opinião. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/trabalho-sexual-nao-crime-17099547>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

mal a ser erradicado, impondo às prostitutas uma condição de meras coadjuvantes, ao relegar seu direito de voz. Portanto, ao apresentar as trabalhadoras sexuais como vítimas do sistema econômico e social, busca-se legitimar a ideia de que elas estariam sendo mantidas na atividade contra a sua própria vontade, numa situação análoga à escravidão, isto é, como se fossem “escravas sexuais” (LAGENEST, 1960, p. 9)¹⁸.

Numa perspectiva de disputa – esta marcada por grupos que buscam impor sua agenda dominante –, a legitimação deste discurso seria um meio de manutenção à ordem do poder hegemônico. Esta lógica, estruturada sobre uma “ideologia da harmonia” (NADER, 1994) torna-se um poderoso instrumento de controle e manipulação¹⁹.

Visto isso, o estigma e a inexistência de legislação capaz de garantir os direitos das prostitutas produzem efeitos criminalizantes e nocivos a este segmento profissional, expondo seus atores à marginalidade. A verdade é que a prostituição não é uma profissão regulamentada. No Brasil, ela não é ilegal, contudo, a atividade econômica em torno dela é criminalizada, caracterizando assim o *lenocínio*²⁰, crime previsto no Código Penal²¹. No entanto, paradoxalmente, é esse entorno que ampara a atividade, é a “casa de prostituição” e/ou a cafetina que contemplam a segurança, o conforto e a tranquilidade da prostituta²².

¹⁸SENRA, op. cit., p. 105: O autor utiliza-se deste conceito para retratar o argumento defendido, principalmente, por grupos que defendem a abolição da atividade; Cf. LAGENEST, Barruel. **Lenocínio e Prostituição no Brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1960. 198 p., passim: “A prostituição não passa de uma forma de escravidão. Dela, o público só percebe uma pequena parte: o “trottoir”, isto é, a aparição discreta ou barulhenta, nas ruas e nas calçadas, de mulheres à espera de clientes. Isso constitui sempre um espetáculo deprimente e provoca a tentação de Jazer recair sobre essas mulheres a responsabilidade do vício, a cólera da opinião pública, e a vingança das autoridades policiais”; “Lenocínio, prostituição: dois aspectos da mesma realidade, que é a escravidão da mulher publicamente aceita. [...] Quando existe o lenocínio, a prostituta se apresenta mais como uma escrava, uma vítima (de seu proprietário) do que como uma ré”.

¹⁹NADER, Laura. 1994. Harmonia Coerciva: A Economia Política dos Modelos Jurídicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 26, p. 18-29, Out. 1994.

²⁰v.g., o favorecimento da prostituição, a manutenção da casa de prostituição e o rufianismo.

²¹Artigos 227 a 230 do Código Penal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848.htm

²²Várias são as evidências de que a prostituição fechada constitui uma forma de trabalho mais adequada nessa atividade (melhores condições de higiene, segurança, conforto e estabilidade econômica para o exercício da atividade). A prostituição fechada nega a imagem popularizada de degradação e opressão da atividade. Muitos países que legalizaram a prostituição fizeram-no exclusivamente em relação à prostituição fechada. A proposta revela-se alinhada às orientações e recomendações da ONU, GCHIV-UNDP e OIT sobre a regulamentação do trabalho sexual.

Neste contexto, o poder público, quase sempre motivado pelo discurso de higienização social, moral ou por mera especulação imobiliária, eventualmente fecha locais de prostituição com o argumento de combate à criminalidade e à exploração sexual. Somado a isto, a falta de regulamentação e/ou de políticas públicas direcionadas a este público acaba, justamente, deixando prostitutas em situação vulnerável, tendo seus direitos frequentemente violados:

O tema do agravamento da criminalidade conexa surge como resposta ao insólito argumento de que é a prostituição que estimula a criminalidade. Na verdade, ocorre o contrário: enquanto não é regulamentada, a atividade, totalmente à margem da lei, acaba exposta à ampla criminalidade e aos mais repugnantes abusos dos direitos fundamentais das prostitutas. As zonas e os puteiros clandestinos são terreno propício para que prosperem, v.g., a venda de drogas, a exploração sexual de mulheres e crianças vítimas do tráfico humano, a exploração de sexo não-voluntário, a prática de toda sorte de violências contra as prostitutas (voluntárias ou não, traficadas ou não) e a estipulação de jornadas inumanas de trabalho. Em meio a todo esse húmus, como parece intuitivo, existe um convite aberto à formação de organizações criminosas, com o fito de estruturar, ampliar e perpetuar um tal comércio sem-lei.

Portanto, a criminalidade decorre da própria clandestinidade da prostituição, e não da prostituição. A criminalidade que atinge as prostitutas decorre do fato de se criminalizar a atividade econômica que envolve a prostituição e, também, do fato de se regulamentar a prostituição. Nesse sentido, como já observara David Richards em 1982, os argumentos baseados na ideia de que a prostituição é responsável pelo aumento da criminalidade são geralmente circulares, pois defendem a criminalização da prostituição baseados nos males que a própria criminalização — e não a prostituição em si — estimula (SENRA, 2013, p. 299-300).

Neste contexto, marcado por frequentes ocorrências de abusos e corrupção praticadas, principalmente, pela polícia e outros agentes estatais, podemos destacar como um dos casos mais emblemáticos o triste episódio do “*Prédio da Caixa*”²³,

²³O “Prédio da Caixa Econômica” é um notório ponto de prostituição da cidade de Niterói-RJ. No dia 15 de abril de 2014 centenas de polícias invadiram o prédio sob pretexto de cumprir um mandado de busca e apreensão de menores de idade que estariam sofrendo exploração sexual, o que nunca foi comprovado. Dezenas de mulheres foram agredidas, roubadas e estupradas em nome do Estado, resultando na prisão ilegal de 120 prostitutas; Cf. MAXX, Matias. Esta Prostituta Foi Roubada, Estuprada e Despejada por Policiais em Niterói: Conversamos com Isabela, a única das 400 trabalhadoras do Prédio da Caixa que peitou PMs, sequestradores, cafetões e políticos para continuar sustentando o filho com o próprio corpo. *Vice*, 19 ago. 2014. Notícias. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/esta-prostituta-foi-roubada-estuprada-e-despejada-por-policiais-em-niteroi>. Acesso em: 30 jun. 2016; Cf. MURRAY, Laura. Violações Graves contra

ocorrido em 2014, poucos dias antes do início da Copa do Mundo. Na maioria das vezes o poder público, sob alegações de atendimento a denúncias de exploração de menores, realiza operações policiais midiáticas, porém com finalidades diferentes daquelas oficialmente pretendidas.

Figura 2. Episódio do “Prédio da Caixa” em Niterói-RJ



Fotos: Laura Murray

Em geral, prostitutas, como categoria não possuem nenhum tipo de amparo, direitos ou garantias legais por parte do Estado.

3. Identidade Política

O Surgimento e a propagação internacional do movimento associativista, a partir da segunda metade do Século XX, questão de extrema relevância, trouxe uma nova perspectiva para o debate: A busca pelo reconhecimento legal da profissão, pela dignidade do trabalho e pela redução do estigma.

No Brasil, o movimento organiza-se no final da década de 1970. Todavia, seu percurso de luta é circunstancialmente ampliado ao decorrer dos anos 1980, com o envolvimento cívico no processo de redemocratização. Neste cenário de efervescência social, prostitutas, de objeto, passam a serem sujeitos do discurso, reivindicando direitos e constituindo sua própria “identidade política” (SIMÕES, 2010).

A partir de 1987, com a criação da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), o movimento passa a debater pautas importantes para a categoria, como as violações de direitos humanos, violência policial, e os conflitos e tensões produzidos pela condição do papel da prostituta perante a sociedade. Em 1992, a ONG Davida – Prostituição, Saúde e

Prostitutas em Niterói Demandam Atenção e Ação Urgente. **Papos de Gabi**, Rio de Janeiro, 26 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.umbeijoparagabriela.com/?p=3214>>. Acesso em: 31 jul. 2016; Cf. MURRAY, Laura. A Niterói que Queremos. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, Dez. 2014. p. 23-25.

Direitos Civis, passa a difundir os ideais da Rede por meio do jornal Beijo da Rua, e a assessorar a fundação de novas associações em todo o Brasil.

Com o advento da epidemia da AIDS, a categoria passou a articular junto ao Ministério da Saúde projetos e políticas públicas de prevenção. O Ministério da Saúde e a Comissão Nacional de AIDS apontam que um dos fatores responsáveis pelo reconhecimento do Programa Nacional de AIDS brasileiro como um dos mais bem estruturados e eficazes do mundo é justamente a participação de prostitutas no trabalho de prevenção à DSTs/AIDS. Partindo desta interlocução, o movimento foi aos poucos incorporando outras questões que tangiam o universo da prostituição, tais quais, direitos humanos, regulamentação laboral e redução do estigma.

4. Reconhecimento Ocupacional

Através do ponto de vista laboral – isto é, considerando-a como uma atividade econômica – a prostituição é, sem dúvidas, uma profissão como outra qualquer. Partindo deste pressuposto, a proposta de regulamentação seria uma alternativa ideal para o exercício da atividade, tendo em vista que com o controle e a normatização da prática, desvios como a exploração sexual seriam, ao menos, contidos e penalizados.

Fruto desta trajetória de consolidação social, no ano de 2002, a atividade passou a integrar entre uma das mais de 600 ocupações previstas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego. As alterações promovidas pela CBO foram um avanço importante no sentido da legitimação da categoria de profissionais do sexo perante o Estado brasileiro.

As ações desse sujeito político – o movimento brasileiro de prostitutas – e a participação crítica em arenas públicas (CEFAI, 2011) nacionais e internacionais foram essenciais para a reivindicação de direitos em prol de sua reafirmação social, do direito ao trabalho, à cidadania e ao acesso à cidade.

A regulamentação da atividade é, atualmente, a principal pauta de luta da RBP. Contudo, é um debate marcado por diversas controvérsias, envolvendo opiniões favoráveis, neutras e contrárias dos mais variados atores que compõe esta causa – dificilmente chegando a um consenso geral. Discursos estes, independentemente de sua posição social ou ideológica, muitas vezes são embasados em questões éticas, morais, políticas ou até religiosas.

Diferentes visões e divergências de opiniões entre as prostitutas, na sua existência, não podem ser desprezadas. Para tanto, dois aspectos são essenciais para o seu entendimento: A diferença de níveis entre as prostitutas e o estigma que cada uma carrega – profissionais do sexo que atuam e vivem em elevados padrões socioeconômicos que não desejam ser reconhecidas como tal, enquanto isso, profissionais sujeitas às piores condições de trabalho, saúde e segurança acreditam que uma eventual regulamentação seria um importante fator para o reconhecimento de direitos.

Atualmente, a proposta de regulamentação profissional, no âmbito legislativo, é defendida no Projeto de Lei (PL) 4.211/2012 do Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL-RJ). Salvo algumas críticas, este PL pode ser considerado o mais coerente ao tratar do assunto, numa perspectiva de busca por legitimidade, cidadania e justiça.

Várias evidências comprovam a existência de uma relação tendencialmente benéfica – ou até necessária – entre empresários e prostitutas para o desempenho da atividade, a respeito da possibilidade de obter condições ideais de higiene, segurança e conforto, em relação à prostituição fechada²⁴, negando assim a imagem popularizada de degradação e opressão. Este entendimento tem a chancela da Anistia Internacional²⁵, Global Commission on HIV and the Law (UNDP)²⁶ e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no qual sua Recomendação nº 200²⁷ defende a descriminalização e o reconhecimento do trabalho sexual como ocupação, de modo a proteger trabalhadores e clientes.

De certa forma, uma eventual regulamentação da prostituição criaria normas e regras para a sua execução – afastando o estigma que a cerceia –, dispendo ainda do acesso pleno à cidadania – o direito a ter direitos e a democratização dos serviços

²⁴ Esta relação deve ser rigorosamente tutelada pelo Estado.

²⁵ Cf. OS DIREITOS de trabalhadores e trabalhadoras sexuais são direitos humanos. Disponível em: <<https://anistia.org.br/os-direitos-de-trabalhadores-e-trabalhadoras-sexuais-sao-direitos-humanos/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

²⁶ Cf. COMISSÃO Global sobre o HIV e o direito. **Riscos, Direitos e Saúde**. Nova Iorque: PNUD, 2012. p. 41-49. Disponível em: <<http://www.hivlawcommission.org/resources/report/FinalReport-Risks,Rights&Health-PT.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

²⁷ Cf. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO. 99., 2010, Genebra. **Recomendação sobre o HIV e a Aids e o mundo do trabalho...** Brasília: OIT, 2010. p. 01-39. v. 200. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/hiv_aids/pub/recomendacao_200_277.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2017.

de saúde, educação, previdência, etc. – ou, até mesmo, a redução de casos de abusos, violência e criminalidade. Em contrapartida, a regulamentação profissional dos serviços sexuais – numa perspectiva econômica – criaria uma nova fonte de arrecadação para o Estado, pois a atividade passaria a ser tributada. Partindo destes pressupostos, entende-se que a descriminalização do seu entorno torna-se um elemento primordial para uma possível regulamentação do comércio sexual.

5. Cenário Sociopolítico

Atualmente uma onda ultraconservadora vem assolando a acirrada disputa pelo ajustamento de políticas públicas no Brasil. A atual conjuntura política e social do País trouxe consigo a criminalização do discurso acerca da atividade, em particular aquele que defendia a descriminalização das relações de trabalho na prostituição, havendo assim um empreendimento para a ruptura de um modelo até então debatido. O ressurgimento de uma série de demandas baseadas em valores e princípios, sobretudo, morais-religiosos, vão de encontro com os ideais defendidos por estes atores, dificultando a legitimação da luta pela formulação e implementação de leis e políticas públicas capazes de beneficiar as suas mais variadas agendas.

Resultado deste processo, o reconhecimento ocupacional da prostituição – iniciado em 2002 com o registro da prostituição na CBO – atualmente resume-se, apenas, em políticas para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Todas as demais dimensões do reconhecimento da categoria, fruto de um longo e diligente processo político, se encontram completamente obscurecidas.

Nesta conjuntura, a configuração de um quadro de conflitos demarcados pelo surgimento de movimentos de corrente “abolicionista” que buscam impor sua agenda vitimizadora, adotando em seu discurso, inclusive, o chamado “modelo nórdico”²⁸ de criminalização do cliente da prostituta, vem se fortalecendo.

Apesar de não ser ilegal, a prostituição só encontra tratamento legislativo no direito penal, através da criminalização das atividades econômicas em seu

²⁸Cf. SAHUQUILLO, María. Modelo nórdico de combate à prostituição ganha força pelo mundo: Medida que castiga o cliente para lutar contra o proxenetismo foi adotada em 10 países. **O Globo**, Madri, 28 abr. 2016. Mundo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/modelo-nordico-de-combate-prostituicao-ganha-forca-pelo-mundo-19182794>>. Acesso em: 14 set. 2016.

entorno. A falta de uma regulamentação profissional resulta na inexistência de dispositivos legais nos âmbitos trabalhistas, previdenciário, civil, etc.

Nesse contexto, as “cruzadas morais” (BECKER, 1963, p. 153-160) como, por exemplo, a tutela dos direitos fundamentais das prostitutas, dificilmente são apreciadas no plenário do legislativo (Congresso Nacional). Prova disso, é que desde 1946, foram criados 107 PLs, envolvendo o tema prostituição, no qual destes, 68 se encontram arquivados e 34 em tramitação, sendo somente 5 convertidos em norma jurídica. De fato, a atividade legislativa relativa à prostituição, na Câmara dos Deputados, concentra-se na esfera penal.

Tabela 1. Câmara dos Deputados: Projetos de Lei relativos à prostituição

CÂMARA DOS DEPUTADOS		
Projetos de Lei relativos à prostituição		
Assunto	Status	PL nº
Exploração sexual de crianças e adolescentes	Tramitando	5219/2016, 3868/2015, 2141/2015, 1123/2015, 8037/2014, 8036/2014, 5658/2009, 4018/2004, 6824/2002
	Convertidos	7220/2014, 4402/2008, 4125/2004, 590/1999
	Arquivados	3915/2012, 5821/2009, 5629/2009, 5556/2009, 5121/2009, 4850/2009, 1809/2007, 1803/2007, 925/2007, 6239/2005, 5771/2005, 5425/2005, 5026/2005, 4942/2005, 4611/2004, 4568/2004, 1818/2003, 1309/2003, 138/2003, 6599/2002, 5165/2001, 1080/1999, 789/1999, 436/1999, 134/1999, 101/1999, 96/1999, 2372/1996, 1954/1996, 1807/1996, 1674/1996, 1314/1995, 1195/1995, 4761/1994, 3777/1993, 1506/1989
Regulamentação da prostituição	Tramitando	4211/2012
	Convertidos	-
	Arquivados	4244/2004, 98/2003, 3436/1997, 1312/1975
Restrição à publicidade da prostituição	Tramitando	6449/2016, 5862/2016, 968/2015, 7326/2014, 6774/2013, 2689/2011, 3993/2004, 3408/2004, 2976/2004, 5348/2001, 3872/2000, 3605/2000, 3357/2000, 3330/2000
	Convertidos	-
	Arquivados	4797/2005, 2965/2004, 3303/2000, 2937/2000, 1983/1999, 1453/1991

Criminalização de condutas ligadas à prostituição	Tramitando	6127/2016, 7001/2013, 5742/2013, 377/2011
	Convertidos	-
	Arquivados	8203/2014, 2169/2003, 2098/2003, 114/2003, 4429/1994
Tráfico de pessoas para exploração sexual	Tramitando	7978/2017, 2252/2015, 2689/2003
	Convertidos	-
	Arquivados	6580/2009, 1962/2003
Exploração sexual de crianças e adolescentes e tráfico de pessoas para exploração sexual	Tramitando	4469/2012, 1308/2003
	Convertidos	4850/2005
	Arquivados	2375/2003, 1000/2003, 6934/2002, 6270/2002, 3917/2000, 2338/2000, 438/1999, 2876/1997, 2773/1997, 796/1995
Demais assuntos	Tramitando	6811/2017, 4561/2016
	Convertidos	-
	Arquivados	4892/2005, 1552/1999, 3166/1992

Fonte: Câmara dos Deputados (<http://www.camara.gov.br>). Consulta realizada em 30/05/2017

No Executivo Federal, a longa parceria do Movimento de Prostitutas e o breve avanço no reconhecimento da atividade via CBO, resultando numa significativa participação no encadeamento de melhorias e conquistas sociais, atualmente, vem sendo obscurecida pela ascensão de forças contrárias aos trabalhos que, até então, vinham sendo desenvolvidos. Em nome da governabilidade, este Poder tornou-se pacato refém aos impulsos moralistas emanados pelo Congresso Nacional, em particular aqueles demandados por bancadas religiosas, que acabam exercendo uma forte pressão e influência sobre as suas ações adotadas e planejadas.

Um exemplo da ascensão desta nova ordem política pôde ser visível no episódio da Campanha intitulada “Eu sou feliz sendo prostituta” de 2013, promovida pelo Ministério da Saúde para o programa de enfrentamento e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis – em celebração ao Dia Internacional das Prostitutas²⁹.

²⁹Cf. SERRANO, Pedro Estevam. Prostituição e direito à saúde: Alexandre Padilha errou. Realizar campanhas de saúde pública é seu dever e não mera opção. **CartaCapital**, São Paulo, 05 jun. 2013. Política. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/prostituicao-e-direito-a-saude-737.html>>. Acesso em: 30 jul. 2016; Cf. FALCÃO, Márcio. Evangélicos pedem explicações sobre campanha para prostitutas. **Folha de São Paulo**, Brasília, 04 jun. 2013.

Figura 3. Cartazes da campanha "censurada" do Ministério da Saúde



Fonte: Ministério da Saúde

Assumindo uma postura positivista e, ao mesmo tempo, contraditória, o Poder Judiciário não possui uma doutrina consolidada a respeito da prática. Enquanto instâncias superiores mantêm um posicionamento mais conservador, instâncias inferiores se apresentam mais solícitas ao tratamento da questão, revelando uma tendência mais progressista para a resolução destes conflitos. Entretanto, apesar de recentemente estar alinhada a uma pauta mais humanista, de modo geral, a Justiça brasileira, em pleno Século XXI, ainda se mantém vinculada a padrões morais anacrônicos para uma nova realidade social.

6. Políticas Públicas

A parceria de longa data entre a Rede Brasileira de Prostitutas com órgãos do poder Executivo Federal, em especial o Ministério da Saúde, como já mencionado neste trabalho, trouxeram benefícios em geral, através da implementação de uma eficiente política de prevenção e controle de DSTs/AIDS. Contudo, mais recentemente, na tentativa da redução do estigma concernente à atividade, as relações, antes amistosas, foram abaladas, ocorrendo um grande retrocesso desde então.

Cotidiano. Disponível em: <<http://folha.com/no1289631>>. Acesso em: 15 out. 2016; Cf. AGÊNCIA ESTADO. IG. Evangélicos criticam campanha 'Eu sou feliz sendo prostituta'. **Último Segundo**, [S.l.], 04 jun. 2013. Brasil. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-06-04/evangelicos-criticam-campanha-eu-sou-feliz-sendo-prostituta.html>>. Acesso em: 15 out. 2016; Cf. DIRETOR responsável por campanha 'Sou feliz sendo prostituta' é demitido: Segundo ministério, Dirceu Greco veiculou campanha sem aprovação. Campanha para acabar com associação da prostituição ao HIV foi retirada. **G1**, Brasília, 05 jun. 2013. Ciência e Saúde. Disponível em: <<http://glo.bo/13EZAiK>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

A atual conjuntura evidencia um grande desafio a ser superado: O déficit parcial – ou quase total – de políticas públicas destinadas exclusivamente para a categoria. As políticas ainda existentes são apenas medidas paliativas que atacam os efeitos colaterais do *métier*.

Outro ponto a destacar é a ausência de políticas públicas para aqueles indivíduos que queiram abandonar atividade, ou seja, a inexistência de rotas de saída é um dos grandes empecilhos que fortalecem o estigma e a marginalidade. É essencial o desenvolvimento de políticas públicas que criem caminhos alternativos – isto é, a criação de opções e oportunidades de saída –, estimulando práticas de requalificação profissional, apoio social e psicológico, programas de inserção no mercado de trabalho, etc.. Iniciativas neste sentido, caso fossem implementadas pelo Estado, seriam legítimas e bem-vindas, mas desde que não houvesse a sua imposição, respeitando assim os princípios da autonomia pessoal.

As políticas públicas de saúde e controle social devem ser pensadas a partir da participação das próprias trabalhadoras do sexo. Para isso, é necessário que as mesmas devam se auto reconhecerem nesta condição, assumindo-se, fazendo com que suas reivindicações ganhem uma maior visibilidade. Ou seja, a formulação e implementação de políticas públicas voltadas a esta categoria dependem da participação dos seus próprios interessados.

Políticas públicas são pensadas a luz do reconhecimento das populações as quais são destinadas. Neste processo de reconhecimento, os movimentos organizados têm um papel fundamental junto à sua formulação, fazendo-se, portanto, necessário se conhecer para fortalecer a identidade profissional.

7. Conclusões e Considerações Finais

Apesar dos grandes avanços e de uma maior representatividade política, a prostituição, como pôde ser vista, ainda é considerada uma prática fortemente estigmatizada, na qual a sociedade, de modo geral, tenta por diversas maneiras promover o seu não-reconhecimento. Neste sentido, a questão da opinião pública é um dos principais desafios do movimento social frente ao fortalecimento de sua identidade. Mudar a cultura sobre um determinado assunto não acontece da noite para o dia,

sobretudo, quando os detentores dos meios de comunicação e disseminação da “verdade” não se encontram abertos para o diálogo.

A equívoca associação da atividade à esfera penal, mesmo esta não sendo uma prática criminalizada, fortalecer ainda mais este estigma, sendo, portanto, um dos fatores que a torna uma prática ainda mais vulnerável. Há de considerar que a interpretação ambígua da lei em relação ao exercício deste ofício vai muito além da questão brasileira.

Desfavorável, o atual cenário sociopolítico brasileiro é marcado por grandes incertezas. Evidencia-se o florescimento do conservadorismo, do radicalismo político-ideológico e religioso. Os tímidos progressos em relação às políticas públicas, a morosidade das instituições oficiais e a existência de uma legislação ineficiente e antiquada a nova realidade social acabam tornando algumas práticas completamente inseguras e marginais, relegando aos sujeitos uma cidadania de 2ª classe.

A atuação do Estado Brasileiro nesta conjuntura abre espaço para vários questionamentos: A leniência, a irrelevância e a incapacidade do Estado em legislar sobre tal questão, sem sombra de dúvidas, são alguns dos principais obstáculos frente à formulação e implementação de políticas públicas. A insegurança jurídica a par do assunto torna-se um grande problema ao considerar à adoção de medidas destinadas à categoria. Este cenário faz com que o próprio Estado ou organizações representando o mesmo atuem, por vezes, de forma “ilegal”, violando assim os direitos humanos mais elementares.

Para o campo de públicas, é inexorável a relevância do surgimento destas novas demandas, como é o caso específico das profissionais do sexo. Entretanto, uma nova reflexão surge neste enredo: A criação de políticas específicas para este grupo. Como seria a atuação destes agentes de transformação social – gestores públicos – tendo como principal prerrogativa o estrito cumprimento da lei, em vista de uma atividade não regulamentada – como é o caso da prostituição? Como pode ser visto, é um contexto totalmente desafiador. Esta é uma das principais propostas a serem encaradas neste debate.

É necessário levar a cabo que, para a elaboração perfeita de uma política pública, se faz necessário recorrer a uma pesquisa de campo eficaz que traga elementos

para a produção de informações precisas com o próprio público a qual esta política será destinada.

Por fim, a pesquisa, a investigação e o trabalho de campo são ferramentas fundamentais para a desmistificação de certos assuntos, sendo assim importantes mecanismos na quebra de paradigmas, estigmas e preconceitos. A partir destas premissas buscou-se “outra face da verdade”, ou seja, outras versões, outras narrativas sobre fatos que acabaram transformando sutilmente os próprios fatos, abrindo espaços para novos conhecimentos, numa sociedade onde o direito de ser ouvido não se encontra igualmente distribuído. Com isso, a neutralidade de um trabalho acadêmico torna-se um grande desafio, abrindo espaço para certos questionamentos: Num mundo real, pesquisas neutras, sem tomadas de partido, tecnicamente corretas e livres de valores, são possíveis? Talvez a resposta seja “não”? Tomadas de partido estão solidamente consolidadas na estrutura social. Portanto, inevitavelmente sempre haverá algum posicionamento. Aliás, o alinhamento de agendas, agências, agentes e a própria formulação e implementação de políticas públicas, em si, são tomadas de partido. Assim, baseando-se nos pensamentos de uma “teoria da ação coletiva” (BECKER, 1976), conclui-se o presente trabalho com a seguinte indagação: Afinal, “de que lado estamos”?

8. Referências

AGÊNCIA ESTADO. IG. Evangélicos criticam campanha 'Eu sou feliz sendo prostituta'. **Último Segundo**, [S.l.], 04 jun. 2013. Brasil. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-06-04/evangelicos-criticam-campanha-eu-sou-feliz-sendo-prostituta.html>>. Acesso em: 15 out. 2016.

BECKER, Howard S. De que Lado Estamos?. In: **Uma Teoria da Ação Coletiva**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977 [1976]. p. 122-136.

_____. Empreendedores Morais. In: **Outsiders: Estudos de sociologia do desvio**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1963]. p. 153-168.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: **Questões de sociologia**. 1. ed. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 233-245.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2848, de 07 de dez. de 1940. Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro, p. 1-72, dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 16 out. 2016.

_____. PL n. 4211, de 12 de jul. de 2012. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. **LEI GABRIELA LEITE**. Jean Wyllys - PSOL/RJ. Brasília, DF: p. 1-21, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

CEFAÏ, Daniel; VEIGA, Felipe Berocan; MOTA, Fábio Reis. Introdução a Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa . In: MOTA, Fábio Reis et al. (Org.). **Arenas públicas**: Por uma etnografia da vida associativa. Niterói-Rio de Janeiro: EdUFF, 2011. p. 9-63. Disponível em: <http://lemetro.ifcs.ufrj.br/Cefai_Berocan_Mota_Introducao_Arenas_publicas_2011-libre.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

COMISSÃO Global sobre o HIV e o direito. **Riscos, Direitos e Saúde**. Nova Iorque: PNUD, 2012. p. 41-49. Disponível em: <<http://www.hivlawcommission.org/resources/report/FinalReport-Risks,Rights&Health-PT.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO. 99., 2010, Genebra. **Recomendação sobre o HIV e a Aids e o mundo do trabalho...** Brasília: OIT, 2010. p. 01-39. v. 200. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/hiv_aids/pub/recomendacao_200_277.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2017.

DIRETOR responsável por campanha 'Sou feliz sendo prostituta' é demitido: Segundo ministério, Dirceu Greco veiculou campanha sem aprovação. Campanha para acabar

com associação da prostituição ao HIV foi retirada. **G1**, Brasília, 05 jun. 2013. Ciência e Saúde. Disponível em: <<http://glo.bo/13EZAiK>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

FALCÃO, Márcio. Evangélicos pedem explicações sobre campanha para prostitutas. **Folha de São Paulo**, Brasília, 04 jun. 2013. Cotidiano. Disponível em: <<http://folha.com/no1289631>>. Acesso em: 15 out. 2016.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Brasil: Zahar Editores, 1980 [1963]. 158 p.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003. 296 p.

LAGENEST, Barruel. **Lenocínio e Prostituição no Brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1960. 198 p.

MAXX, Matias. Esta Prostituta Foi Roubada, Estuprada e Despejada por Policiais em Niterói: Conversamos com Isabela, a única das 400 trabalhadoras do Prédio da Caixa que peitou PMs, sequestradores, cafetões e políticos para continuar sustentando o filho com o próprio corpo. **Vice**, 19 ago. 2014. Notícias. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/esta-prostituta-foi-roubada-estuprada-e-despejada-por-policiais-em-niteroi>. Acesso em: 30 jun. 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 3. ed. Brasília: [s.n.], 2010. 196 p. v. 3. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/classificacao-brasileira-de-ocupacoes/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

MURRAY, Laura. Violações Graves contra Prostitutas em Niterói Demandam Atenção e Ação Urgente. **Papos de Gabi**, Rio de Janeiro, 26 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.umbeijoparagabriela.com/?p=3214>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

_____. A Niterói que Queremos. **Beijo da Rua**, Rio de Janeiro, Dez. 2014. p. 23-25.

NADER, Laura. 1994. Harmonia Coerciva: A Economia Política dos Modelos Jurídicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 26, p. 18-29, Out. 1994.

OS DIREITOS de trabalhadores e trabalhadoras sexuais são direitos humanos.

Disponível em: <<https://anistia.org.br/os-direitos-de-trabalhadores-e-trabalhadoras-sexuais-sao-direitos-humanos/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PEREIRA, Armando. Prostituta não é caso de polícia. In: PEREIRA, Armando et al. **A Prostituição É Necessária?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. cap. 3, p. 59-74.

PORTAL da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 30 maio 2017.

SAHUQUILLO, María. Modelo nórdico de combate à prostituição ganha força pelo mundo: Medida que castiga o cliente para lutar contra o proxenetismo foi adotada em 10 países. **O Globo**, Madri, 28 abr. 2016. Mundo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/modelo-nordico-de-combate-prostituicao-ganha-forca-pelo-mundo-19182794>>. Acesso em: 14 set. 2016.

SENRA, Márcio. **A prostituição no Brasil no século XXI: razões para sua regulamentação**. 2013. 407 f. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SERRANO, Pedro Estevam. Prostituição e direito à saúde: Alexandre Padilha errou. Realizar campanhas de saúde pública é seu dever e não mera opção. **CartaCapital**, São Paulo, 05 jun. 2013. Política. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/prostituicao-e-direito-a-saude-737.html>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). **Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-134.

SIMÕES, Soraya Silveira. Identidade e política: a prostituição e o reconhecimento de um métier no Brasil. **RAU: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, São Carlos, v. 2, n. 1, p. 24-46, jan.-jun. 2010a. Disponível em: <http://lemetro.ifcs.ufrj.br/artigo_soraya_rau.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2015.

_____. **“TRABALHO SEXUAL NÃO É CRIME”**. INCT-InEAC, 2015. Disponível em: <<http://www.ineac.uff.br/?q=library/artigos/trabalho-sexual-n%C3%A3o-%C3%A9-crime-por-soraya-silveira-sim%C3%B5es>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

_____. Trabalho sexual não é crime: Criminalização das relações de trabalho nesse universo laboral põe milhares de homens e mulheres à margem dos direitos garantidos a todo trabalhador. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 ago. 2015. Opinião. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/trabalho-sexual-nao-crime-17099547>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, ilhoas, polacas**: A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. São Paulo: Ática, 1992. 120 p.

SISTEMAS DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS: Uma possibilidade para os produtores de cactáceas de Picuí-PB

Aldenir Gomes de Assis³⁰

Márcia Batista da Fonseca³¹

SUMÁRIO: • 1 Introdução • 2 Sistemas de Pagamentos por Serviços Ambientais • 3 Conceituação de PSA • 4 Precondições para o funcionamento do PSA • 5 Modalidades de PSA • 6 Metodologia • 7 Resultados e Discussões • 8 Considerações Finais • 9 Referências.

RESUMO: Na microrregião do Seridó Oriental paraibano o processo de desertificação atingiu 73,5% do território. O município de Picuí (PB) está entre os que apresentam um grau muito alto de desertificação e as ações antrópicas nocivas agravam ainda mais a situação. Nesse contexto, a agricultura familiar em conjunto com políticas públicas, a exemplo do Pagamento por Serviço Ambiental (PSA), pode contribuir para mitigar esse processo. Este trabalho tem o objetivo de identificar o grau de interesse dos agricultores familiares produtores de cactáceas em receber PSA para manutenção e conservação dos serviços ambientais no município de Picuí (PB). Este é um estudo de caso de análise qualitativo-descritiva, com o uso da escala Likert. Os resultados mostraram que os agricultores atribuem, em sua maioria, grande importância aos serviços ambientais, especialmente à qualidade da água. Quanto ao interesse em aderir ao PSA, 50,0% dos entrevistados demonstraram grande interesse e 34,6% interesse médio alto.

PALAVRAS-CHAVE: Degradação • Pagamento por Serviço Ambiental • cactáceas.

³⁰ Universidade Federal da Paraíba

³¹ Universidade Federal da Paraíba

PAYMENT SYSTEMS FOR ENVIRONMENTAL SERVICES:

A possibility for producers of cactus of Picuí-PB

CONTENTS: • 1 Introduction • 2 Payment Systems for Environmental Services • 3 PES Conceptualization • 4 Preconditions for the operation of PES • 5 PES Modalities • 6 Methodology • 7 Results and Discussion • 8 Final Considerations • 9 References.

ABSTRACT: In the micro-region of Eastern Seridó Paraíba the process of desertification has reached 73.5% of the territory. The county of Picuí (PB) is among those with a very high degree of desertification and harmful human actions further aggravate the situation. In this context, family farming together with public policies, such as the Payment for Environmental Services (PES), can help to mitigate this process. This work aims to identify the level of interest of family farmers of cactus farmers receive PES for maintenance and conservation of environmental services in the county of Picuí (PB). This is a case study of qualitative descriptive analysis, with the use of the Likert scale. The results showed that farmers attribute, mostly great importance to environmental services, especially water quality. Interest in joining the PES, 50.0% of respondents showed great interest and 34.6% medium high interest.

KEYWORDS: Degradation • Payment for Environmental Services • cactus.

SISTEMAS DE PAGO POR SERVICIOS AMBIENTALES:

Una posibilidad para los productores de cactáceas de Picuí-PB

CONTENIDO: • 1 Introducción • 2 Sistemas de Pagos por Servicios Ambientales • 3 Concepto de PSA • 4 Precondiciones para el funcionamiento del PSA • 5 Modalidades de PSA • 6 Metodología • 7 Resultados y discusiones • 8 Consideraciones finales • 9 Referencias.

RESUMEN: En el microrregião del Seridó Oriental paraibano el proceso de desertización alcanzó un 73,5% del territorio. La ciudad de Picuí (PB) es entre ellos el cual presentan un grado mucho cumbre de desertización y las acciones antrópicas dañinos empeoran aún más aún la situación. En este contexto, la agricultura familiar conjuntamente con políticas públicas, a ejemplo del Pago por Servicio Ambiental (PSA), puede contribuir para reducir este proceso. Este trabajo tiene el objetivo de definir el grado de interés de los agricultores familiares productores de cactáceas en recibir PSA para manutención y conservación de los servicios ambientales en la ciudad de Picuí (PB). Éste es un estudio de caso de análisis qualitativo-descriptiva, con la utilización de la escala Likert. Los resultados pusieron de manifiesto que los agricultores asignan, en su mayoría, gran importancia a los servicios ambientales, especialmente a la calidad del agua. Cuánto al interés se adherirá a la PSA, 50,0% entrevistados con demostró a gran interés y 34,6% alto interés medio.

PALABRAS CLAVE: Degradación • Pago por Servicio ambiental • cactáceas.

1. Introdução

Ao longo do tempo, a ação antrópica vem transformando as paisagens naturais e o processo de degradação das terras vem se dando de diferentes formas e proporções. No semiárido nordestino, esse processo está aliado a condições edafoclimáticas desfavoráveis, o que agrava ainda mais a situação.

Na microrregião do Seridó Oriental do estado da Paraíba, composta pelos municípios de Picuí, Baraúna, Cubati, Frei Martinho, Juazeirinho, Nova Palmeira, Pedra Lavrada, Seridó e Tenório, o processo de desertificação é considerado grave, tanto pela abrangência, quanto pelo nível da degradação. Segundo o Programa de ação estadual de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca no estado da Paraíba - PAE-PB (2011), 73,5% do território dessa microrregião é classificado como de alto nível de desertificação.

Ainda segundo o PAE-PB, dos nove municípios que compõem essa microrregião, o município de Picuí (área de 661,658 Km²), em especial, está entre os sete que apresentam um grau muito alto de desertificação. O processo de degradação das terras desse município por meio da ação antrópica se deu de variadas formas ao longo do tempo. Pereira et al. (2013) cita como causa, a monocultura do algodão e do sisal, a disposição dos resíduos sólidos em lixões, a construção de estradas e a exploração mineral.

Alves e Rocha (2007) afirmam que as formas de pressão antrópica responsáveis pelo processo de desertificação no município foram o desmatamento da caatinga nativa para o plantio de feijão e do milho; as queimadas através da técnica de “coivara”³²; retirada da madeira nativa para consumo das olarias, cerâmicas, padarias e para consumo próprio; a prática da mineração, que se caracteriza como rudimentar e de forte impacto no meio ambiente. Já Silva (2002) menciona que a pecuária extensiva também foi responsável pela degradação e extermínio da vegetação nativa do município.

Diante dessa situação, são necessárias alternativas que visem mitigar os efeitos da ação antrópica, bem como dos fatores edafoclimáticos desfavoráveis. É nesse contexto que se insere as políticas públicas, como as políticas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).

Vale notar que a agricultura familiar se constitui como uma forma de organização social propícia para a aplicação dessas políticas e práticas sustentáveis, muito pelo seu caráter multifuncional, associando produção socioeconômica, segurança alimentar,

³² Pilha de gravetos ou galhos que não foram totalmente queimados, e que se juntam para serem incinerados. Fonte: <http://www.dicio.com.br/coivara/>.

conservação do meio ambiente, dos recursos naturais e da paisagem local (MATTEI et al., 2005 *apud* MATTOS, 2006).

Na Paraíba, a agricultura familiar concentra 88,5% dos estabelecimentos agrícolas, 83,8% do pessoal ocupado e ocupa 42,2% da área agrícola no Estado, de acordo com Castro (2012), a partir de dados do Censo Agropecuário 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pode-se afirmar, portanto, que a agricultura familiar assume grande importância para o emprego e a geração de renda no meio rural. Mas, vale salientar que ainda são necessárias políticas que permitam aliar a produção econômica e a conservação ambiental.

No Brasil e no mundo, há registros de iniciativas de programas de PSA³³, atribuídos a serviços ambientais prestados em diferentes ecossistemas. Diante disso, este artigo pretende estudar as práticas agrícolas dos agricultores familiares do município de Picuí, especificamente os produtores de cactáceas, a partir da seguinte indagação: Seria possível propor um sistema de PSA para conservação de áreas degradadas na região?

A partir desse contexto e visando contribuir para o debate em torno de PSA, este trabalho tem o objetivo de identificar o grau de interesse dos agricultores familiares produtores de cactáceas em receber PSA para manutenção e conservação dos serviços ambientais no município de Picuí (PB).

Nessa perspectiva o estudo foi organizado da seguinte forma: num primeiro momento, são apresentadas definições sobre PSA e conceitos relacionados; na segunda parte, discute-se a agricultura familiar em Picuí; por fim são apresentados os resultados e discussões; seguidos das considerações finais.

2. Sistemas de Pagamentos por Serviços Ambientais

De acordo com Wunder et al. (2008) o PSA vem se constituindo como um importante instrumento de política pública para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Inicialmente países como a Costa Rica experimentaram estratégias de PSA, especificamente para florestas. O pioneirismo no Brasil ficou por conta do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente).

³³ O caso pioneiro do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente); Projetos de PSA-Carbono na Mata Atlântica (Carbono, Biodiversidade e Renda e Recuperação de áreas degradadas- Sub-bacia do Rio Maquiné, por exemplo); Projeto Protetor das Águas de Vera Cruz – RS, dentre outros.

O Proambiente é um programa que surgiu no “Grito da Amazônia³⁴”, a partir dos debates dos movimentos sociais da Amazônia, como resposta às críticas à prática de uso da terra do agricultor familiar, principalmente os que migraram das regiões Sul e Nordeste. No caso deste Programa, constatou-se que 1.768 famílias receberam PSA (SHIKI; SHIKI, 2011).

Outras iniciativas vêm se desenvolvendo no Brasil. No caso da Mata Atlântica, por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente – MMA (2011) identificou 78 iniciativas, porém nenhuma no estado da Paraíba. No entanto, um passo já foi dado em relação ao aparato legal de PSA na Paraíba. Em 25 de novembro de 2013 foi promulgada a Lei nº 10.165, que dispõe sobre a Política Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais.

Esta Lei estabelece conceitos, objetivos e diretrizes da Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PEPSA), institui a Comissão Estadual da Política de Pagamento por Serviços Ambientais (CEPSA), cria o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (ProPSA) e autoriza a criação do Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (FunPSA)³⁵.

De acordo com Santos et al. (2012), um regime legal deve definir claramente qual o serviço ambiental abrangido; qual a fonte de recursos para o pagamento; como o serviço é verificado; e quem tem direito a receber pelo serviço. Em seguida serão apresentados o conceito e outras características desse instrumento de política pública.

3. Conceituação de PSA

Tratando-se da definição de PSA, um conceito amplamente usado o define como “uma transação voluntária, na qual um serviço ambiental bem definido, ou um uso da terra que possa assegurar este serviço, é adquirido por, pelo menos, um comprador de no mínimo, um provedor, sob a condição de que ele garanta a provisão do serviço” (WUNDER 2005, p. 3).

Esta definição dá uma ideia de condicionalidade, ou seja, para que um usuário externo dos serviços ambientais realize o pagamento direto ao provedor, este último deverá adotar práticas de conservação e/ou restauração dos ecossistemas (princípio do “protetor recebedor”). O provedor será o detentor do domínio do serviço ambiental, responsável por garantir a provisão do serviço durante o período estabelecido no contrato (WUNDER et al. 2008).

³⁴ Grito da Amazônia faz parte de uma mobilização social que surgiu no Pará, em 1991, e se expandiu para toda a região Norte e posteriormente para todo o Brasil.

³⁵

<http://www.aesa.pb.gov.br/legislacao/leis/estadual/Lei_10_165_2013_servicos_ambientais.pdf>

Wunder et al. (2008) fazem algumas ponderações no que se refere ao objeto da transação, ou seja, ao serviço ambiental. O conceito explicita que o serviço deve ser “bem definido”. Segundo os autores, definir o serviço ambiental representa um desafio para sua operacionalização, pois quanto menos tangível mais difícil sua mensuração. Ainda segundo os autores, outro fator a se destacar é o fato de que apenas os serviços ambientais afetados por externalidades são relevantes para o PSA, pois eles são capturados fora do domínio do provedor.

4. Precondições para o funcionamento do PSA

Esta subseção expõe de forma sucinta as ideias de Wunder et al. (2008) no que se refere às precondições necessárias para que o PSA possa funcionar, utilizando como base a teoria e as experiências vivenciadas por esse mecanismo. As precondições necessárias são as seguintes: econômicas, competitivas, culturais, institucionais, e informacionais e técnicas.

A *precondição econômica* chave para PSA é que exista uma “externalidade”. Isso se explica pelo fato de o provedor ao usar a terra e prestar o serviço ambiental, tenha necessariamente um beneficiário externo deste serviço. Entende-se por externalidade uma “ação de um produtor ou consumidor que afeta outros produtores ou consumidores, mas que não é considerada no preço de mercado” (PINDICK; RUBINFELD, 2010, p. 576).

Outra questão econômica refere-se ao custo de oportunidade. O valor dos serviços deve exceder o lucro perdido por abandonar outra opção que seria lucrativa, somado ao custo de transação. Acontece que o valor dos serviços ambientais está atrelado ao que o usuário está disposto a pagar e o custo de oportunidade está relacionado ao que o provedor está disposto a abrir mão para aceitar PSA. Dessa forma, pode ocorrer de o lucro da terra ser maior do que a disposição do usuário a pagar pelo serviço ambiental, tornando inviável o PSA.

No que concerne à *precondição competitiva* alguns aspectos devem ser considerados. Os serviços ambientais abordados em PSA (biodiversidade, água, beleza cênica) são localmente específicos, dificultando o surgimento de condições competitivas e a interação entre provedores e beneficiários. Portanto, a maioria dos PSA's constituem monopólio, ou seja, transações com um único comprador ou oligopólio, que se refere a transações com poucos compradores. Em resumo, mercado e competição não são condições necessárias ou suficientes para PSA, pois este se baseia muito mais na teoria dos contratos.

A *precondição cultural*, por sua vez, está relacionada ao contexto social que um determinado provedor se insere. Em alguns casos, os provedores se sentem pouco motivados ou consideram socialmente inapropriado receber PSA, caso que impossibilita seu funcionamento. Há críticas de que a água é um direito humano ameaçado pela monetização. Introduzir

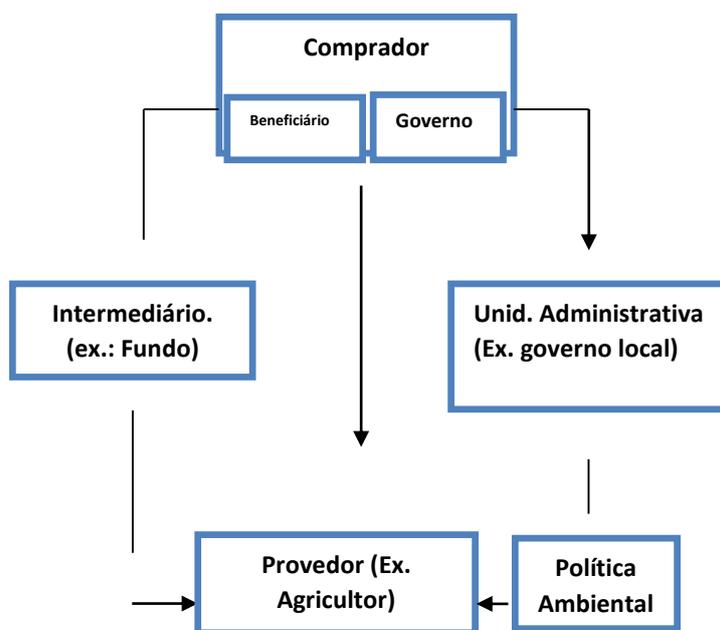
pagamentos monetários sobre valores intrínsecos pré-existentes pode ter efeito negativo. Por isso, é necessário considerar os aspectos culturais, uma vez que possam ser preferíveis compensações não monetárias por serviços ambientais.

Quanto à *precondição institucional*, esta está relacionada à necessidade de que seja estabelecida uma relação de confiança entre o usuário (pagador) e o provedor (recebedor) dos serviços ambientais, de modo que haja o cumprimento do contrato por ambas as partes. E, por fim, a *precondição informacional e técnica* remete à necessidade de considerar que PSA's são relativamente intensivos em informação, o que desencadeia custos de transação.

5. Modalidades de PSA

Na teoria existem três modalidades de PSA, a saber: a compra direta e sem intermediação; a compra direta com intermediação e a compra indireta dos serviços ambientais (WUNDER et al., 2008). Na figura 1, é possível observar essas modalidades.

Figura 1 – Modalidades genéricas de PSA



Fonte: Adaptado de Wunder et al. (2008)

A compra direta e sem intermediação ocorre quando os compradores pagam diretamente aos provedores dos serviços ambientais, mas essa modalidade ainda não se estabeleceu.

A compra direta com intermediação ocorre quando os intermediários (governos, organizações não governamentais, dentre outros) pagam pelos serviços ambientais. Caso em que os beneficiários não têm informações suficientes para a valoração, nem podem controlar sua previsão. Nesse caso, os serviços possuem um caráter de bem público (WUNDER et al., 2008).

Bens públicos se caracterizam por serem não rivais e não exclusivos. Não rivais pelo fato do consumo de um indivíduo não reduzir a disponibilidade do bem para o outro. Não exclusivo pela impossibilidade de o consumo de um indivíduo excluir o acesso de outro indivíduo ao bem (PINDICK; RUBINFELD, 2010).

No que concerne à compra indireta dos serviços ambientais, esta é realizada a uma entidade, como, por exemplo, o governo local, que tem o poder de implementar política pública. Nesse caso, os moradores da comunidade sobre a qual esse governo tem o domínio não usufruem diretamente da transação. Os efeitos dependerão de como essa comunidade será afetada pela política, o que pode resultar de parcela dos moradores não ser alcançada pela melhoria da qualidade ambiental (WUNDER et al., 2008).

Segundo Packer (2011), existem outras dificuldades em relação à implementação de PSA, podendo influenciar negativamente no direito dos agricultores. Isso se explica pelo fato de uma política ou marco legal ao tratar indistintamente pequenos, médios e grandes agricultores pode beneficiar desmatadores. Segundo a autora um mercado de PSA só sobrevive se ganhar escala para cobrir seus custos, tornando-se mais simples pagar grandes proprietários de terras em vez de buscar pequenos agricultores espalhados.

Salienta-se, portanto, que o PSA vem desempenhando um importante papel para conservação e manutenção dos serviços ambientais, mas não se podem negligenciar os aspectos negativos, que podem surgir de uma política, como o tratamento igualitário dado aos agricultores (PACKER, 2011).

6. Metodologia

A pesquisa é classificada como aplicada, pois ela contribui com novos fatos que poderão fornecer informações relevantes para pesquisas posteriores visando a aplicação do PSA, sendo necessário, para isso, buscar informações com os provedores dos serviços ambientais.

A pesquisa se constitui como estudo de campo, o que quer dizer que o estudo é realizado num ambiente real, que são os domicílios rurais, buscando colher dados *in natura* (ZANELLA, 2012).

Pelo fato de, em princípio, não utilizar instrumental estatístico a pesquisa se caracteriza como qualitativa e descritiva, pois conforme Zanella (2012) os estudos qualitativos têm como preocupação básica o mundo empírico em seu ambiente natural. Nesse ponto o pesquisador exerce função importante no sentido de ser ele o agente que deve observar e interpretar o mundo natural. No caso específico dos produtores de cactáceas em Picuí, é essencial a visita à produção e a conversa com produtores locais, a fim de posteriormente descrever e interpretar os dados obtidos.

O local estudado constituiu parte da zona rural do município de Picuí, mais precisamente, os sítios Lagedo, Alazão, Tanque de Areia e Vila de Santa Luzia do Seridó. No município, foram entrevistados 26 agricultores em 26 propriedades diferentes³⁶. A amostra foi intencionalmente construída, uma vez que teve como foco apenas os agricultores familiares produtores de cactáceas do município de Picuí.

A amostra caracteriza-se como não probabilística pela inacessibilidade a toda população. Segundo Levine et al. (2008 *apud* OLIVEIRA et al. 2012), na amostra não probabilística o pesquisador seleciona os itens ou indivíduos sem conhecer suas respectivas probabilidades de seleção.

O instrumento de coleta de dados é um questionário, que se caracteriza como uma “técnica de investigação composta por um conjunto de questões submetidas a pessoas com o propósito de obter informações (...)” (Gil 2012, p. 121).

O questionário foi submetido aos agricultores familiares produtores de cactáceas, objetivando captar principalmente sua concepção a respeito da possibilidade de receber incentivos financeiros para conservar e preservar o meio ambiente. Somado a isso, esse instrumento de pesquisa também tem o intuito de identificar a visão desses agricultores a respeito de aspectos ambientais.

O questionário divide-se em três partes: a primeira pretende captar aspectos socioeconômicos do entrevistado; a segunda visa delinear aspectos da propriedade; e a terceira tem o objetivo de avaliar basicamente o grau de importância dada aos recursos naturais e o interesse do entrevistado em receber PSA.

6.1. O local da pesquisa - caracterização do município de Picuí-PB

³⁶ A aplicação dos questionários ocorreu nos dias 4,5 e 6 de dezembro de 2014, com média de dez minutos por questionário aplicado, na zona rural de Picuí.

Picuí é um dos nove municípios da microrregião do Seridó Oriental Paraibano. De acordo com o IBGE (2010), ele possui uma população de 18.222 habitantes, distribuídos numa área de 661,658 Km². Seu Produto Interno Bruto (PIB) alcançou, em 2011, o valor de R\$ 94,097 milhões e um PIB *per capita* de R\$ 5.156,55. Segundo a classificação de Köppen, seu clima é considerado do tipo semiárido quente, com precipitação em torno de 600 mm/ano (Pereira et al. 2013).

No município, 57,91% de sua área é composta pelos *Neossolos Litólicos Eutróficos*, que são tipos de solo que se caracterizam por apresentar baixas condições para um aproveitamento agrícola racional, muito por suas limitações, como o relevo forte ondulado, pedregosidade, rochiosidade, reduzida profundidade dos solos e deficiência de água, que só permite a presença de culturas resistentes à estiagem. Essas áreas são identificadas como proibidas, não sendo recomendadas as culturas do Algodão Herbáceo, Amendoim, Arroz, Caju, Cana-de-açúcar, Feijão Caupi, Girassol, Mamona, Mandioca, Milho e Pimenta-do-reino (Cavalcante et al. 2005 *apud* Francisco et al. 2012).

6.1.1. A Agricultura Familiar e o cultivo das cactáceas em Picuí-PB

De acordo com o Censo Agropecuário (2006) do IBGE, o maior número de estabelecimentos agropecuários no Brasil são familiares (84,4%). Na região Nordeste, o percentual é ainda maior (89,1%). No estado da Paraíba, também se apresenta essa característica (88,5%).

Conforme a Lei nº 11.326 de 2006 (Presidência da República, 2006), o agricultor familiar é aquele que segue os seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Na região do semiárido nordestino ocorre à predominância de pequenas propriedades com mão de obra familiar, cultivo agrícola de subsistência e pecuária baseada no pastoreio de vegetação nativa (Pereira 2010). Além da palma forrageira (*Opuntia ficus indica*, L. Mill) (figura 2), que é produzida em Picuí principalmente para a alimentação do gado, existem outras espécies que também se adaptam às condições naturais do Bioma da Caatinga, a exemplo do xique-xique (*Pilosocereus gounellei*) e da macambira (*Bromelia laciniosa*).

É unanime que a perda da cobertura é um dos fatores que exercem mais influência nas perdas de solo por erosão. Entretanto, existem espécies de plantas que por suas

características podem frear esse processo. Em regiões de solo pobre, como o Cariri Paraibano, as ilhas de xique-xique e a macambira detêm os maiores teores de matéria orgânica e ainda retêm solo com suas raízes.

Figura 2 – Cultivo da palma na recuperação de áreas degradadas por estradas em Picuí -PB



Fonte: Capturada pelo autor

Pereira et al. (2013) ressaltam que em Picuí é necessário que o arranjo produtivo local seja reformulado, no sentido de conciliar produção econômica e conservação ambiental. Dessa forma, levando-se em consideração que um sério problema que o município enfrenta esteja relacionado à degradação de suas terras, a conservação ambiental pode ser canalizada para a recuperação das áreas degradadas, isso justifica a necessidade de adoção de instrumentos de política pública de desenvolvimento sustentável, como o PSA.

7. Resultados e Discussões

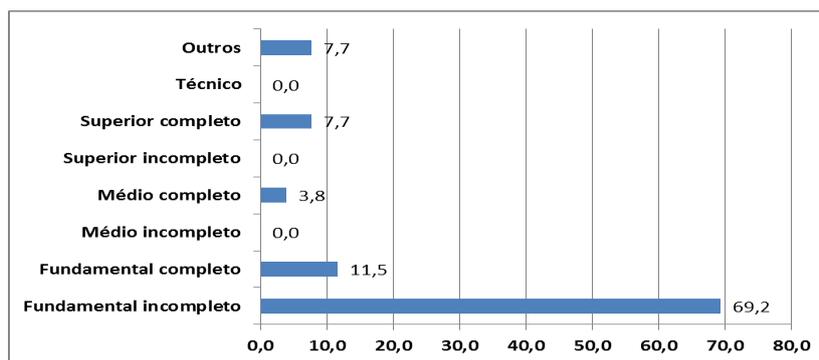
7.1. Características socioeconômicas do público alvo e da propriedade agrícola

A amostra obtida com os questionários foi intencional, pois teve como foco especificamente os agricultores familiares residentes na zona rural do município de Picuí produtores de cactáceas. A maior parcela dos submetidos ao instrumento de pesquisa supracitado foi do sexo masculino (76,9%). Em sua maioria, esses agricultores estão numa faixa etária de 41 a 50 anos e de 51 a 60 anos.

No que se refere ao nível de escolaridade, 69,2% não concluíram o ensino fundamental e outros 11,5% possuem fundamental completo. Apenas 7,7% dos entrevistados concluíram o ensino superior, conforme pode ser observado do gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição dos agricultores respondentes por

nível de escolaridade (%)



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria

A partir da pesquisa foi constatado também que 50,0% dos entrevistados trabalham juntamente com dois ou três membros da família, em propriedades que em sua totalidade são particulares, com áreas plantadas que variam entre meio e oito hectares. Nelas o principal produto cultivado é a palma forrageira, que abrangeu todos os estabelecimentos visitados.

Além da palma, em algumas propriedades foram encontradas macambira, xique-xique, facheiro (*Pilosocereus pachycladus*) e mandacaru (*Cereus jamacaru*), que é usado para cerca viva. A predominância da palma está relacionada às características dessa cactácea citadas anteriormente, como o alto índice de sobrevivência e a capacidade de suportar um déficit hídrico nas fases iniciais do seu desenvolvimento, além de servir de alimentação para o gado em períodos de seca.

Grande parte das propriedades possui algum curso d'água (65,4%), seja rio, riacho, açude, mina, ou córrego. Questionou-se também se o manejo da propriedade é acompanhado de visita técnica de profissionais da área agropecuária. Os resultados mostraram que 23,1% recebem visita ocasionalmente, 7,7% regularmente e 69,2% não recebem visitas técnicas, o que sinaliza um sério problema.

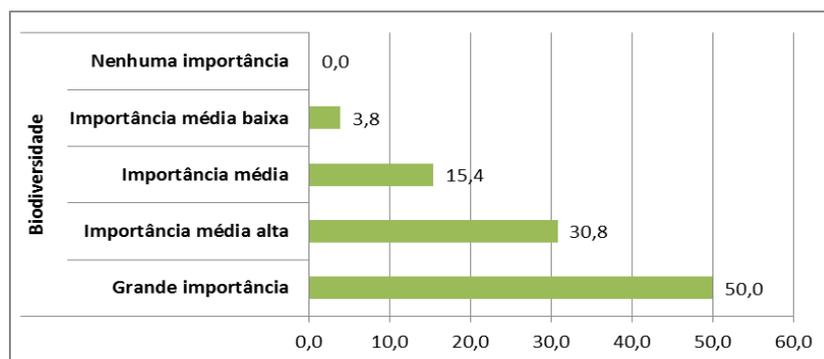
7.2. Percepção dos agricultores familiares frente às questões ambientais

Antes de captar o interesse dos agricultores familiares em receberem algum incentivo econômico para manutenção e conservação dos serviços ambientais foi necessário observar a concepção e a importância que esses agricultores atribuem aos serviços ambientais, bem como à recuperação das terras degradadas em Picuí.

O grau de importância foi dividido nos seguintes níveis: nenhuma importância (1), importância média baixa (2), importância média (3), importância média alta (4), grande importância (5). Esta classificação é baseada na escala *Likert*, que visa capturar a atitude e

comportamento do indivíduo. Procurou-se verificar também quem eles julgam como culpados pelos problemas e responsáveis por saná-los. O gráfico 2 demonstra o grau de importância dado a biodiversidade.

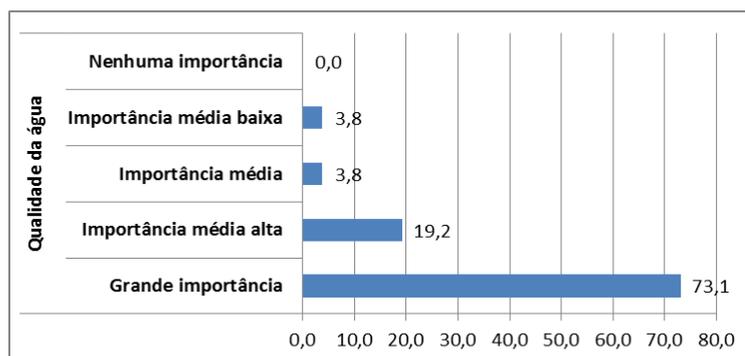
Gráfico 2 – Grau de importância atribuído à biodiversidade pelos agricultores respondentes (%)



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria

Quanto à biodiversidade, 50,0% dos agricultores julgaram que esse serviço ambiental é de grande importância. Outros 30,8% avaliaram que esse serviço tem uma importância média alta. No que concerne à qualidade da água (gráfico 3), os entrevistados julgaram como o mais importante (73,1%).

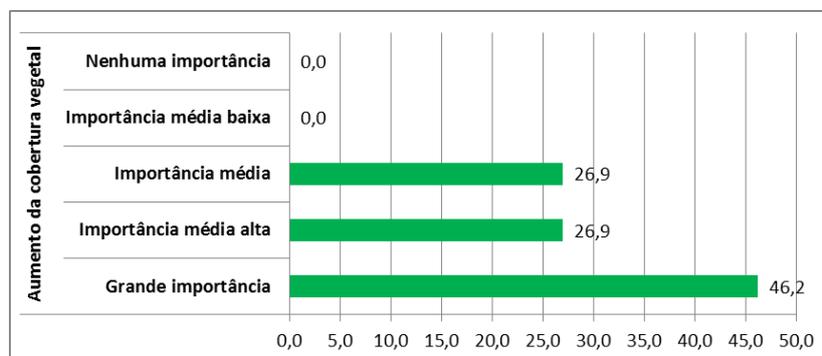
Gráfico 3 – Grau de importância atribuído à qualidade da água pelos agricultores respondentes (%)



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria

Ao aumento da cobertura vegetal (gráfico 4), 46,2% dos agricultores atribuíram uma grande importância, 26,9% importância média alta e o mesmo montante importância média.

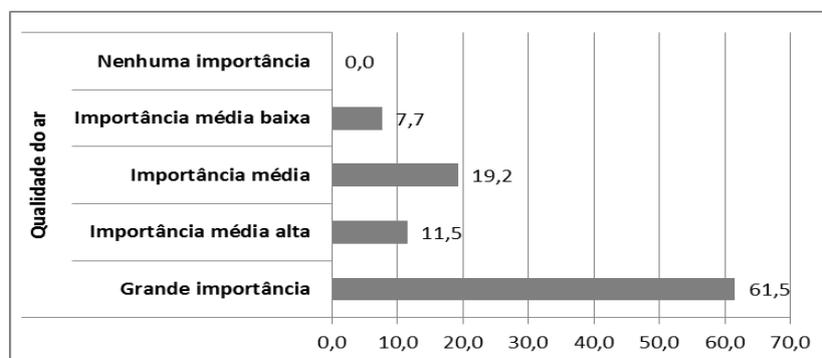
Gráfico 4 – Grau de importância atribuído ao aumento da cobertura vegetal pelos agricultores respondentes (%)



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria

No que se refere à qualidade do ar (gráfico 5), 61,5% julgaram como de grande importância e 19,2% atribuíram importância média a esse serviço.

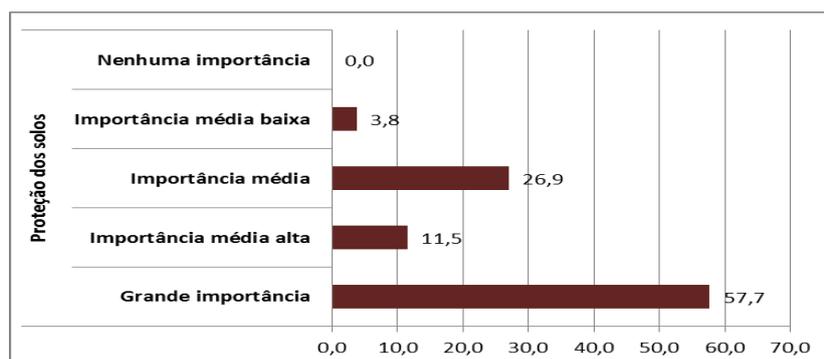
Gráfico 5 – Grau de importância atribuído à qualidade do ar pelos agricultores respondentes (%)



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria

Quanto à proteção dos solos (gráfico 6), 57,7% dos agricultores julgaram como de grande importância. Sabe-se que as terras do município de Picuí sofreram forte pressão antrópica, ocasionando na degradação de suas terras.

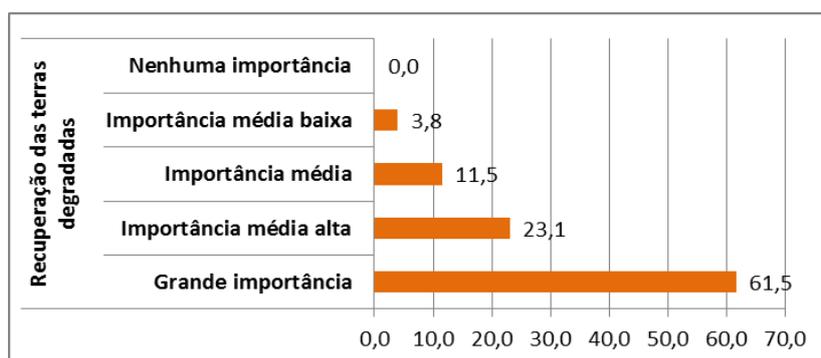
Gráfico 6 – Grau de importância atribuído à proteção dos solos pelos agricultores respondentes (%)



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria

Aliado a importância dada à proteção dos solos, 61,5% dos agricultores afirmaram que recuperar as terras degradadas é de grande importância.

Gráfico 7 – Grau de importância atribuído à recuperação das terras degradadas de Picuí (%)



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria.

Mas segundo eles quem foram os responsáveis pelo desmatamento e atual surgimento dos problemas ambientais? E quem são os responsáveis por solucionar esses problemas? A tabela 1 mostra o resultado. Ressalta-se que os entrevistados poderiam citar mais de uma opção.

Tabela 1 – Responsáveis pelo surgimento e pela solução dos problemas ambientais segundo os agricultores respondentes

Responsáveis pelo surgimento dos problemas ambientais		Responsáveis pela solução dos problemas ambientais	
Responsável	(%)	Responsável	(%)
Agricultor	50,0	Agricultor	50,0
O governo	61,5	O governo	96,1
As empresas	53,8	As empresas	38,5
Outros	7,7	Outros	0,0

Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria

Podendo elencar mais de um responsável, os agricultores disseram que em sua maior parte é o governo (61,5%) e as empresas (53,8%). Em contrapartida, a solução segundo eles deve ser dada principalmente pelo governo (96,1%) e pelo próprio agricultor (50,0%).

Os resultados observados apontam que os agricultores atribuem, em sua maior parte, grande importância aos serviços ambientais, especialmente à qualidade da água. Ao mesmo tempo os resultados apontam que os responsáveis pelos problemas é o próprio homem, em suas práticas danosas ao meio ambiente, seja o agricultor, os empresários, dentre outros.

É unânime, por parte dos entrevistados, que a solução dos problemas ambientais deve partir do governo. Essa visão corrobora com o fato de que a preservação do meio ambiente é um típico problema em que ocorre falha de mercado e que requer intervenção do Estado. Esta intervenção poderia ser por meio de política fiscal (como impostos mais pesados para firmas poluidoras ou subsídios para implantação de tecnologias ambientalmente corretas) juntamente com regulação (como o estabelecimento de limites quantitativos).

No caso de Picuí, uma possibilidade de atuação do governo poderia ser mediante aplicação de instrumentos de políticas públicas de sustentabilidade no meio rural, a exemplo do PSA. Mas, resta saber se os agricultores familiares produtores de cactáceas do município de Picuí tem interesse em receber algum incentivo financeiro para manutenção e conservação do meio ambiente, ou seja, prover serviços ambientais.

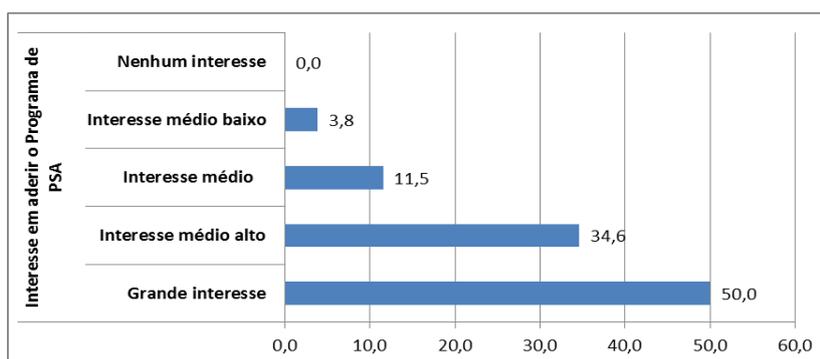
7.3. Interesse dos agricultores familiares de Picuí em receber PSA

O grau de interesse dos agricultores entrevistados em receber incentivos para manutenção e conservação dos serviços ambientais foi medido numa escala *Likert* de 1 a 5, sendo: nenhum interesse (1), interesse médio baixo (2), interesse médio (3), interesse médio alto (4), grande interesse (5).

Os resultados apontam que 50,0% dos agricultores entrevistados possui grande interesse em receber incentivos econômicos para prover serviços ambientais e 34,6%

demonstraram um interesse médio alto. Esse pode ser um fator importante para se aplicar uma política de PSA, haja vista que uma das precondições apontadas por Wunder et al. (2008) é a precondição cultural, na qual as pessoas não se sentem motivadas em receber incentivos econômicos para prover serviços ambientais. No entanto, em Picuí esse fator não é um empecilho. O gráfico 8 mostra o grau de interesse dos agricultores.

Gráfico 8 – Grau de interesse dos agricultores respondentes em aderir ao programa de PSA (%)



Fonte: Dados da pesquisa. Elaboração própria.

Atualmente, 19,2% dos agricultores entrevistados alegaram receber algum tipo de financiamento, uns do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e outros citaram recursos oriundos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Seguro Safra. Em sua maior parte (80,8%) os agricultores não recebem nenhum financiamento nem incentivos econômicos por parte do governo. O PSA pode se inserir nesse contexto assumindo o papel de fornecer esse incentivo em troca do provimento do serviço ambiental por parte do agricultor.

8. Considerações Finais

Neste estudo foi possível compreender alguns aspectos das dificuldades enfrentadas pela população do município de Picuí, a qual sofre com baixo nível de precipitação pluviométrica, degradação de suas terras e intenso processo de desertificação.

Percebeu-se que o PSA vem sendo utilizado no enfrentamento de problemas ambientais de diferentes formas e proporções. Um passo dado por esse trabalho foi em resposta ao objetivo do estudo: identificar o grau de interesse dos agricultores familiares produtores de cactáceas de Picuí em receber PSA para manutenção e conservação dos serviços ambientais.

A partir dos resultados obtidos pelo questionário foi possível concluir que parte considerável dos agricultores respondentes demonstrou um grande interesse em receber PSA, o que demonstra que o desinteresse não é um empecilho para a aplicação do programa.

Chama atenção a resposta unânime, por parte dos entrevistados, de que a solução dos problemas ambientais deve partir do governo. Outro aspecto relevante foi a grande importância dada aos serviços ambientais e a recuperação das áreas degradadas no município, o que sinaliza vontade de mudar a atual situação vivenciada no município.

Portanto, o PSA em conjunto com outros instrumentos e práticas existentes, pode ser uma ferramenta eficaz para a preservação dos recursos ambientais no município de Picuí. Para tanto, é necessário aliar uma política pública de PSA e práticas agrícolas sustentáveis a fim de contribuir com a melhoria da qualidade de vida, principalmente da zona rural desse município.

Espera-se que este estudo possa contribuir com informações relevantes para posterior aplicação do PSA no estado da Paraíba, não só para o município em destaque, como também para outros que se encontram em situações semelhantes ou ainda mais difíceis, colaborando para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores.

9. Referências

ALVES, G. S.; ROCHA, J. G. A desertificação no município de Picuí-PB: o Geoprocessamento aplicado a um diagnóstico ambiental. In: CONGRESSO DE PESQUISA E INOVAÇÃO DA REDE NORTE NORDESTE DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, 2, 2007, João Pessoa. **Anais...**João Pessoa: CONNEPI, 2007.

CASTRO, C. N. **A agricultura no Nordeste brasileiro**: oportunidades e limitações ao desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. 48 p. (Texto para Discussão, n. 1786).

COSTA, T. C. C.; OLIVEIRA, M. A. J.; ACCIOLY, L. J. O.; SILVA, F. H. B. B. Análise da degradação da caatinga no núcleo de desertificação do Seridó (RN/PB). **Rev. Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, v. 13, p. 961-974, 2009.

FRANCISCO, P. R. M.; PEREIRA, F. C.; MEDEIROS, R. M.; SÁ, T. F. F.; SILVA, J. V. N. Zoneamento de risco climático e aptidão de cultivo para o município de Picuí-PB utilizando sistema de informação geográfica. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS GEODÉSICAS E TECNOLOGIAS DA GEOINFORMAÇÃO, 4, 2012, Recife. **Anais...**Recife, 2012. p.1 - 6.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6 ed. – 5. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

KAWAICHI, V. M. **Uma análise das políticas públicas ambientais dos países e a adoção do Pagamento por Serviços Ambientais no Brasil**. 2009. 91 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MATTOS, L. **Capital social na concepção de políticas públicas: a importância socioeconômica e ecológica dos sistemas agroflorestais frente aos mecanismos de desenvolvimento**. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2006. p. 343-365.

MENEZES, R. S. C.; SIMÕES, D. A. SAMPAIO, E. V.S. B. **A palma no Nordeste do Brasil: conhecimento atual e novas perspectivas de uso**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005. 258 p.

MMA. **Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011.

OLIVEIRA, K. D.; ALMEIDA, K. L.; T. L. BARBOSA. **Amostragens Probabilística e Não Probabilística: técnicas e aplicações na determinação de amostras**. Jerônimo Monteiro, 2012.

PACKER, L. **Pagamento por “Serviços Ambientais” e flexibilização do Código Florestal para um capitalismo “verde”**. Curitiba, PR: Terra de Direitos, 2011.

PAE-PB. **Programa de ação estadual de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca no estado da Paraíba**. João Pessoa, 2011. 158 p.

PEREIRA, F. C. **Metodologia para recuperação de áreas degradadas no semiárido da Paraíba utilizando xique-xique (*Pilosocereus gounellei*) e a macambira (*Bromelia laciniosa*)**. 2010. 105 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.

PEREIRA, F. C.; UYEDA, C. A.; LIMA, A. K. V. O.; FRANCISCO, P. R. M.; SILVA, C. R.; MOREIRA, A. A. D. Índice de sobrevivência de *Opuntia ficus indica* L. (Mill) CACTACEAE em áreas degradadas do Seridó Paraibano. In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 7., 2013, Palmas. **Anais...**Palmas: CONNEPI, 2013.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia** – 7ª Ed. São Paulo: Pearson, 2010.

SANTOS, P. (Org.); BRITO, B.; MASCHIETTO, F.; OSÓRIO, G.; MONZONI, M. **Marco regulatório sobre Pagamento por Serviços Ambientais no Brasil**. Belém, PA: AMAZON; FGV. CVces, 2012.

SHIKI, S.; SHIKI, S. Os desafios de uma política nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais: lições a partir do caso do Proambiente. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 99-118, 2011.

SILVA, E. P. **Estudo da Vulnerabilidade Sócio-Econômico-Ambiental e os Riscos a Desastre Enos (El Niño Oscilações Sul) no Município de Picuí-Paraíba**. Dissertação de Mestrado: Departamento de Engenharia Agrícola, UFPB, 2002.

SOUSA, S. M. S. das Chagas. **Relações entre vegetação, relevo, fertilidade do solo e matéria orgânica em bacia hidrográfica de região semi-árida**./ Sebastiana Maely Saraiva das Chagas Sousa. – Areia, PB: PPGMSA/CCA/UFPB, 2006. 64f.: il.

WUNDER, S. Payments for environmental services: some nuts and bolts. **CIFOR Occasional Paper**, n. 42, 2005. 24 p.

WUNDER, S.; BÖRNER, J.; TITO, M. R.; PEREIRA, L. **Pagamentos por serviços ambientais: perspectivas para a Amazônia Legal**. – 2ª ed., rev. – Brasília: MMA, 2008. 144 p.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e pesquisa em Administração**. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012. 160 p.

SITES CONSULTADOS

GRITO DA AMAZÔNIA

Disponível em: <http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/1-das-praticas-as-politicas-publicas/proambiente-um-programa-inovador-de/at_download/article_pdf>. Acesso em: 02 dez. 2014.

IBGE Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=251140>> Acesso em: 20 nov. 2014.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL PSA. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/legislacao/leis/estadual/Lei_10_165_2013_servicos_ambientais.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2014.

Apêndice 1- Questionário

Dados Socioeconômicos do entrevistado

1. Sexo: () Masculino () Feminino
2. Idade: _____
3. Qual o nível de escolaridade do (a) proprietário?
 - () Fundamental incompleto () Médio completo () Técnico
 - () Fundamental completo () Superior incompleto () Outros
 - () Médio incompleto () Superior Completo
4. Quantas pessoas, incluindo o entrevistado, contribuem com o trabalho na propriedade?
 - () 1 pessoa () 2 a 3 pessoas () 4 a 5 pessoas () 6 a 9 pessoas
 - () 10 pessoas ou mais

Aspectos da propriedade

5. A propriedade é:
 - () Particular () Arrendada () Domínio Público () Outros: _____
6. Qual (ou quais) a (s) cactácea (s) cultivada (s) na propriedade?
 - () Palma forrageira () Xique-xique () Macambira () Outra _____
7. Qual a área total do plantio? (hectares) _____
8. Possui algum curso d'água na propriedade? Qual? _____
 - () Não
 - () Sim: () Rio () Córrego () Nascente () Açude () Mina
9. O manejo da propriedade é acompanhado de visita técnica de profissionais da área agropecuária?
 - () Sim, ocasionalmente () Sim, regularmente () Não

Aspectos ambientais

10. Dos serviços ambientais ofertados pelos ecossistemas, qual o grau de importância de cada serviço ambiental (Enumere de 1 a 5. Sendo que 5 para mais importante e 1 para menos importante, podendo repetir a mesma nota, caso queira).
 - () Biodiversidade () Qualidade da água () Aumento da cobertura florestal
 - () Proteção dos solos () Qualidade do ar
11. Em sua opinião, qual a importância da recuperação das terras degradadas de Picuí? (Nenhum 1 ↔ 5 Alto) () 1 () 2 () 3 () 4 () 5
12. Em sua opinião, qual a importância da preservação dos serviços ambientais? (Nenhum 1 ↔ 5 Alto) () 1 () 2 () 3 () 4 () 5
13. Em sua opinião, quem são os responsáveis pelo surgimento dos problemas ambientais?
 - () Agricultor () O governo () As empresas () Outro.....
14. Quem são os responsáveis pela solução dos problemas ambientais?
 - () Agricultor () O governo () As empresas () Outro....
15. Recebe algum tipo de financiamento agrícola?
 - () Sim. Instituição:.....() Não.
16. Caso haja algum pagamento para manutenção ou conservação dos serviços ambientais, qual o seu grau de interesse em aderir ao programa? (Nenhum 1 ↔ 5 Alto) () 1 () 2 () 3 () 4 () 5

R

E

P

Realização



FENECAP

Federação Nacional dos Estudantes
do Campo de Públicas



UNB

Apoio

